GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Livro de Transição

Programa RS Seguro

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

2023–2026

14 de outubro de 2026

Sumário

Apresentação 3

Seção 1 – Programa RS Seguro 4

Contextualização 4
Organograma 5
Áreas de assessoramento e apoio à gestão 5
Projetos, resultados e agenda de continuidade 7

Seção 1.1 – Eixo I – Combate ao crime 8

1. Sistemática de Governança e integração territorial 8
2. Sistema GESeg e inteligência aplicada à gestão 11
3. Planejamento e capacidade operacional 22
4. Cooperação técnico-científica com a *London School of Economics and Political Science* 26
5. Cooperação entre a segurança pública e a saúde para a qualificação dos registros de mortalidade 29

Seção 1.2 – Eixo II - Políticas Sociais, Preventivas e Transversais 32

1. RS Seguro COMunidade — focalização territorial, governança e mobilização 32
2. Projetos Urbanísticos Integrados - PUIs 36
3. Taça das Favelas 39
4. Expo Favela 42
5. Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO 45
6. Projetos Urbanísticos Comunitários - PUCs 48

Seção 1.3 – Eixo III -Qualificação do Atendimento ao Cidadão e Valorização Profissional 51

1. Banco de Perfil Genético 51
2. Obras e novos prédios 55
3. Comitê EmFrente, Mulher 58
4. Estratégia de Reposição Programada de Efetivos 63

Seção 1.4 – Eixo IV – Sistema Prisional 66

1. Expansão e qualificação da infraestrutura prisional 66
2. Gestão da custódia e segurança prisional 69
3. Tratamento penal: trabalho, saúde e educação 72

Encerramento 75

Apresentação

O presente **Livro de Transição** do Programa Transversal e Estruturante RS Seguro foi elaborado com o objetivo de reunir e sistematizar informações estratégicas sobre políticas, projetos, ações e instâncias de governança que se encontram em execução ou demandam acompanhamento nos próximos ciclos de gestão. O documento busca registrar informações essenciais para a preservação da memória institucional e para a continuidade das iniciativas consideradas prioritárias para a consolidação dos resultados alcançados pelo Programa.

Este material não tem a pretensão de esgotar ou retratar a totalidade das ações desenvolvidas pelo RS Seguro desde sua criação. Para uma visão abrangente da trajetória, dos resultados e da estrutura do Programa, recomenda-se a consulta à publicação institucional produzida no âmbito da cooperação técnica internacional com a UNESCO (disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000397876), que documenta de forma sistemática o histórico, os eixos de atuação, os projetos e os avanços alcançados ao longo de sua implementação.

Organizado a partir dos principais eixos, projetos e mecanismos de governança do Programa, o Livro de Continuidade apresenta informações sobre objetivos, estágio de execução, entregas realizadas, próximos passos, pontos críticos, riscos, prazos, instrumentos de contratação, parcerias, acordos vigentes e demais aspectos considerados relevantes para a adequada condução das iniciativas em andamento.

Ao concentrar informações relacionadas à continuidade administrativa e operacional das ações, o documento pretende apoiar a tomada de decisão, reduzir riscos de descontinuidade e contribuir para a preservação das capacidades institucionais construídas ao longo da execução do Programa, favorecendo a manutenção das políticas e projetos estratégicos voltados à prevenção da violência, à proteção de grupos vulneráveis, à qualificação de territórios prioritários e ao fortalecimento da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.

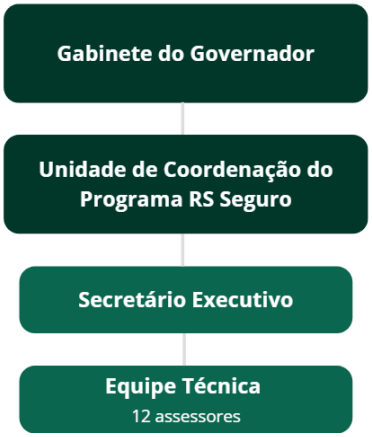
Seção 1 – Programa RS Seguro

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública — RS Seguro.
Site	https://www.estado.rs.gov.br/como-as-acoes-do-programa-rs-seguro-impactam-os-indicadores-de-criminalidade-no-rs e https://www.ssp.rs.gov.br/rs-seguro
Endereço	Unidade de Coordenação vinculada ao Gabinete do Governador, em Porto Alegre/RS. Av. Borges de Medeiros, 1501 - Praia de Belas, Porto Alegre - 20º andar, ala norte.
Base legal	Decreto Estadual nº 54.516, de 28 de fevereiro de 2019, alterado pelo Decreto Estadual nº 57.748, de 19 de agosto de 2024.
Competências legais	Coordenar e articular ações estratégicas de segurança pública e de políticas setoriais para reduzir a criminalidade, especialmente a violenta; orientar prioridades por evidências e focalização territorial; acompanhar indicadores e planos de ação; promover integração entre Poderes, Órgãos, Instituições e municípios. Diretrizes: integração, inteligência e investimento qualificado.
Número de servidores	Total: 13 Lotados no GG: 4 Temporários: 1 Cedidos ao GG: 5 Comissionados: 3
Número de estações de trabalho (presencial)	13

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA RS SEGURO	
Principais atribuições	Coordenar e articular a implementação do Programa RS Seguro em seus 4 (quatro) Eixos de atuação (I - Combate ao Crime; II - Políticas Sociais, Preventivas e Transversais; III - Qualificação do Atendimento ao Cidadão e Valorização Profissional; e, IV - Sistema Prisional), promovendo a integração entre os Poderes, Órgãos, e Instituições do Sistema de Justiça Criminal, municípios, organizações da sociedade civil e demais parceiros envolvidos. Compete à Unidade apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, dos projetos e das ações vinculados ao Programa; organizar e apoiar suas instâncias de governança; promover a atuação transversal e intersetorial; fomentar o uso de dados e evidências na tomada de decisão; acompanhar compromissos, metas e resultados; e contribuir para a continuidade das iniciativas desenvolvidas nos 4 (quatro) Eixos no âmbito do RS Seguro.
Atuação	Atuação transversal na coordenação, articulação, desenvolvimento e acompanhamento das ações estratégicas do Programa RS Seguro, em conjunto com os Poderes, os Órgãos, as Instituições e os parceiros envolvidos em seus quatro eixos de atuação. Compreende o apoio técnico às instâncias de governança; a análise estatística e geoespacial; a qualificação e integração de dados; o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública (GESeg); a articulação de políticas de prevenção social à violência; a coordenação e o acompanhamento do RS Seguro COMunidade; a promoção da participação comunitária e do urbanismo social; a coordenação das ações do Comitê EmFrente, Mulher; o acompanhamento de iniciativas voltadas à qualificação do atendimento ao cidadão e do sistema prisional; e a sistematização de informações destinadas ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação das ações do Programa.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA RS SEGURO	
Destaques da gestão	Consolidação e aprimoramento do modelo transversal do Programa RS Seguro; concepção e implementação da governança da Segurança Pública e dos instrumentos de gestão orientada por evidências através do Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública - GESeg; lançamento e implementação do RS Seguro COMunidade; desenvolvimento dos Projetos Urbanísticos Integrados - PUIs – Umbu, em Alvorada, e Santa Tereza e Rubem Berta, ambos em Porto Alegre; formalização do Acordo de Cooperação Técnica internacional com a UNESCO; coordenação das ações do Comitê EmFrente, Mulher; fomento à qualificação dos serviços e estruturas das instituições de segurança pública; e avanços na infraestrutura, na gestão da custódia, na segurança e no tratamento penal no âmbito do sistema prisional.
Pontos de atenção para a transição	Preservar a capacidade técnica e de articulação transversal da Unidade de Coordenação, garantindo a manutenção das instâncias e dos calendários de governança do programa. Atualizar a indicação de representantes e pontos focais das secretarias estaduais, assegurando a continuidade dos fluxos de trabalho e da articulação interinstitucional. Consolidar e organizar processos, contratos, acordos, termos de cooperação, cronogramas e documentos de referência, de forma a facilitar a transferência de conhecimento e a gestão das informações. Garantir a continuidade das ações em andamento, com a devida identificação de responsáveis, prazos, riscos e decisões estratégicas necessárias nos primeiros 100 dias de gestão. Assegurar a execução das obras, contratações, sistemas, ciclos anuais de planejamento e monitoramento, bem como das políticas de caráter permanente. Preservar os mecanismos de participação comunitária e a articulação territorial construída junto aos municípios, comunidades e demais parceiros institucionais.

Projetos, resultados e agenda de continuidade

O Programa atua de forma transversal em quatro eixos com abrangência estadual em 21 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), cobrindo os 497 municípios, e focalização territorial prioritária em 23 municípios. A estrutura também compreende 39 Áreas Integradas de Segurança Pública – AISPs em 14 municípios, instituídas formalmente por meio de Decretos estaduais. Essa estrutura de governança é distinta da seleção de 44 microterritórios do RS Seguro COMunidade (Políticas Sociais, Preventivas e Transversais), dos quais 17 foram priorizados na primeira etapa.

Entre os marcos do ciclo governamental estão a concepção e a implementação da governança da Segurança Pública e dos instrumentos de gestão orientada por evidências; o lançamento do RS Seguro COMunidade e do Sistema Integrado de Monitoramento de Veículos (SIMOV); a evolução dos instrumentos de análise, monitoramento e apoio à decisão; o desenvolvimento dos Projetos Urbanísticos Integrados (PUIs) dos territórios Umbu, em Alvorada, Santa Tereza e Rubem Berta, ambos em Porto Alegre; a formalização do Acordo de Cooperação Técnica internacional com a UNESCO; a continuidade das ações do Comitê EmFrente, Mulher, incluindo a realização do ciclo 2026 do Selo EmFrente, Mulher; a implantação regional do Monitoramento do Agressor; e os avanços na infraestrutura e na gestão de obras da Segurança Pública e do Sistema Prisional. Os indicadores criminais abaixo registram a evolução observada no período e não constituem estimativa do efeito isolado de uma ação específica.

INDICADORES CRIMINAIS – RESULTADOS OBSERVADOS EM 2025			
Indicador	**Unidade de contagem**	**Quantidade em 2025**	**Variação sobre 2024**
CVLI consumado	Vítimas	1.304	−25%
Roubo a pedestre	Ocorrências	12.659	−17%
Roubo de veículo	Ocorrências	1.788	−22%

Período: janeiro–dezembro de 2025 comparado a janeiro–dezembro de 2024. As variações são arredondadas. O total informado para 2024 é de 1.731 vítimas de CVLI.

Seção 1.1 – Eixo I

Combate ao Crime

Contextualização

O Eixo I combina governança interinstitucional, gestão da informação, análise estatística e territorial e planejamento de ações de enfrentamento à criminalidade. O acompanhamento abrange os Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLIs, Roubos a Pedestres, Roubos de Veículos e Indicadores Locais, articulando decisões nos níveis intramunicipal, municipal, regional e estadual.

Projetos, resultados e agenda de continuidade

1. Sistemática de Governança e integração territorial

SISTEMÁTICA DE GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL	
Nome	Sistemática de Governança do Programa RS Seguro.
Base legal	O Programa Estruturante RS Seguro foi instituído pelo Decreto Estadual nº 54.516, de 28 de fevereiro de 2019, posteriormente atualizado pelo Decreto nº 57.748, de 19 de agosto de 2024. No âmbito de suas diretrizes de integração institucional, houve a instituição de **39** Áreas Integradas de Segurança Pública – **AISPs** (Decretos 54.695/19, 54.796/19, 54.918/19, 54.914/19, 54.912/19, 54.916/19, 55.112/20, 55.517/20, 55.516/20, 55.490/20, 55.519/20, 55.272/20, 56.140/21, 56.550/22) em **14** (Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Santa Maria, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão) dos 23 Municípios do RS Seguro, promovendo o alinhamento estratégico entre as áreas de atuação da Brigada Militar e Polícia Civil. Para além disso, por meio do Decreto Estadual nº 57.060, de 15 de junho de 2023, houve a instituição de **21** Regiões Integradas de Segurança Pública - **RISPs**, promovendo o alinhamento estratégico das áreas territoriais da Brigada Militar e da Polícia Civil em todo os 497 Municípios do RS.
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro, vinculada ao Gabinete do Governador, em articulação com a Secretaria da Segurança Pública — SSP e a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo — SSPS, conforme a organização vigente.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Brigada Militar — BM; Corpo de Bombeiros Militar — CBM; Instituto-Geral de Perícias — IGP; Polícia Civil — PC; Polícia Penal — PP; Detran/RS; Ministério Público; Poder Judiciário; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; administrações municipais e guardas municipais, conforme presença e atuação local; Ministério Público Federal — MPF e Tribunal Regional Federal da 4ª Região — TRF4.
Objetivo	Integrar o planejamento e a atuação das instituições de segurança pública e do sistema de justiça criminal, mediante acompanhamento de indicadores, compartilhamento de diagnósticos e definição de planos de ação nos níveis intramunicipal, municipal, regional e estadual.

SISTEMÁTICA DE GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL	
Justificativa	A compatibilização dos territórios e o acompanhamento periódico das ações permitem que as instituições trabalhem com referências comuns, identifiquem demandas operacionais e encaminhem decisões entre as instâncias de governança. A continuidade depende da participação institucional e da atualização dos planos e responsáveis.
Principais instrumentos	Reuniões A4, nas AISPs; A3, nos municípios; avaliações regionais nas RISPs; A2, Colegiado de Segurança; e A1, Colegiado de Estado, presidida pelo governador. Calendário anual, coordenação e secretaria-executiva com titulares e suplentes, registro de reuniões e participantes, análise de indicadores e acompanhamento de planos. O ciclo territorial é mensal e o Colegiado A2 se reúne semanalmente. Por ano são realizadas 1.020 reuniões, considerando os 12 Ciclos e os 5 níveis de Reuniões.
Público-alvo e abrangência	Instituições participantes da governança da segurança pública e do sistema de justiça criminal, com abrangência dos 497 municípios do RS. A estrutura descrita compreende 21 RISPs, 39 AISPs em 14 municípios e acompanhamento específico dos 23 municípios prioritários do Programa.
Beneficiários diretos	Gestores, equipes operacionais e representantes das instituições participantes. A população dos territórios abrangidos é beneficiária das ações coordenadas.

RESULTADOS E ENTREGAS DA SISTEMÁTICA DE GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

A redução dos principais indicadores criminais integra os resultados do Programa RS Seguro acompanhados pela sistemática de governança. Em 2025, em comparação com 2024, o Rio Grande do Sul registrou redução de 25% no número de vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI), de 17% nos roubos a pedestre e de 22% nos roubos de veículos. No ano, foram registradas 1.304 vítimas de CVLI, 12.659 ocorrências de roubo a pedestre e 1.788 de roubo de veículo.

No conjunto dos 23 municípios prioritários do Programa, na mesma comparação anual, as reduções foram de 30% nas vítimas de CVLI, 15% nos roubos a pedestre e 25% nos roubos de veículos. Além disso, 12 desses municípios apresentaram melhora simultânea nos três indicadores centrais e no respectivo indicador local selecionado para acompanhamento.

As 21 RISPs foram instituídas em 15 de junho de 2023, compatibilizando as áreas regionais de atuação da BM e da PC e abrangendo os 497 municípios gaúchos.

Em fevereiro de 2024, oficinas de implantação reuniram 160 policiais da BM e da PC, durante dois dias, para definição de indicadores locais e organização do monitoramento regional. Em março de 2025, foram iniciadas as reuniões mensais de monitoramento regional.

A organização intramunicipal compreende 39 AISPs em 14 municípios, delimitadas conjuntamente pela BM e pela PC, considerando bairros, dados demográficos, efetivos e indicadores criminais. Os demais municípios mantêm o território municipal como referência de planejamento integrado.

A participação no sistema de governança foi ampliada com o ingresso do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) no segundo semestre de 2025. As instâncias articulam a análise periódica dos indicadores, o compartilhamento de boas práticas, a identificação de pontos de atenção e a definição e o acompanhamento dos planos de ação.

AGENDA DE CONTINUIDADE DA SISTEMÁTICA DE GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento. Governança em execução, com cobertura estadual por RISPs e instâncias locais e estaduais de acompanhamento. A compatibilização das estruturas regionais do CBM, IGP e PP foram objeto de estudos em 2025. Confirmar a configuração, a participação institucional e as pendências efetivas no encerramento de 2026.
Próxima etapa	Agenda proposta para 2027, sujeita à pactuação: dias 1–30, confirmar representantes titulares e suplentes, calendário anual e decisões pendentes; dias 31–60, revisar planos regionais e locais com dados atualizados e verificar a compatibilização territorial dos órgãos participantes; dias 61–100, avaliar a realização dos primeiros ciclos, pactuar encaminhamentos e registrar responsáveis e prazos para as pendências.
Pontos críticos e riscos	Pontos a verificar na transição: substituição de representantes sem repasse de informações; decisões e planos sem responsáveis ou prazos registrados; diferenças territoriais ainda não compatibilizadas; dados de monitoramento desatualizados.
Recomendações	Manter calendário, rotinas de acompanhamento e responsabilidades institucionais; preservar a representação das instituições e a cooperação entre as instâncias; documentar planos, decisões e boas práticas; atualizar as referências territoriais e a relação de participantes antes da transferência de gestão.

2. Sistema GESeg e inteligência aplicada à gestão

SISTEMA GESEG	
Nome	Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública — GESeg
Base legal	Decreto Estadual nº 54.516, de 28 de fevereiro de 2019, como base de instituição do Programa.
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro, com atuação técnica no desenvolvimento e aperfeiçoamento das soluções, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — PROCERGS.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	SSP, SSPS, BM, CBM, Detran/RS, IGP, PC e PP, instituições do sistema de justiça criminal e demais participantes da governança. Na qualificação de mortes por causas externas: Secretaria da Saúde, Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde — DAPPS, Centro Estadual de Vigilância em Saúde — CEVS, SSP, PC e IGP. SEDUC e SEDES para as ações de prevenção.
Objetivo	Disponibilizar informações e análises para acompanhar a criminalidade, identificar alterações relevantes e orientar o planejamento territorial e operacional, mantendo a qualidade dos registros e a integração entre dados, metodologia e instrumentos de gestão. Garantir a padronização das análises conjuntas realizadas nas reuniões que integram a Sistemática de Governança.
Justificativa	O monitoramento de diferentes crimes, períodos e territórios exige bases consistentes e capacidade de análise contínua. O desenvolvimento conjunto pela Unidade de Coordenação do RS Seguro e pela PROCERGS articula conhecimento operacional, metodologia estatística e implementação tecnológica, cuja preservação é necessária à continuidade do serviço.
Principais instrumentos	Painéis e relatórios de indicadores criminais; análises por quantidades e taxas com denominadores próprios; séries históricas, valores esperados e projeções; detecção e priorização de anomalias; mapas de calor, arruamento, densidade comparativa, hotspots e áreas de alta densidade criminal. Monitoramento de indicadores de contribuição, efetivo e frota; gestão de reuniões e boas práticas; rotinas de verificação de inconsistências. Além disso, análises de ocorrências envolvendo veículos e de fluxos entre municípios de subtração e recuperação, consulta de registros e estimativa de áreas prováveis de recuperação.
Público-alvo e abrangência	Gestores, analistas e equipes autorizadas das instituições de segurança e justiça criminal, com consulta nos níveis Estado, RS Seguro, 21 RISPs, 497 municípios, AISPs e outros recortes analíticos.
Beneficiários diretos	Usuários institucionais autorizados dos sistemas e equipes responsáveis pela análise e qualificação de dados.

RESULTADOS E ENTREGAS DO SISTEMA GESEG

O GESeg, desenvolvido pela Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro em parceria com a PROCERGS, disponibiliza painéis, relatórios e séries históricas para acompanhamento dos indicadores criminais. O sistema reúne modelos de previsão, detecção automatizada de anomalias e comparações entre períodos e territórios, permitindo acompanhar os registros, estimar o comportamento dos indicadores e identificar desvios em relação às referências históricas e territoriais. Essas informações subsidiam a análise da criminalidade e o acompanhamento dos planos de ação.

Na análise geoespacial, são disponibilizados mapas de calor, análise por segmentos de vias, densidade comparativa, hotspots e identificação de áreas de alta densidade criminal. Esses

recursos permitem examinar a localização e a concentração das ocorrências, as mudanças na distribuição espacial dos crimes e suas relações com elementos do território. As análises abrangem diferentes escalas territoriais e períodos, apoiando a definição de áreas de atuação e o planejamento operacional.

Em janeiro de 2025, foi implantado no Sistema GESeg o Módulo de Gestão das reuniões, com coordenação central do calendário, agendamento descentralizado, registro de participantes, compartilhamento de boas práticas e definição de áreas de interesse para monitoramento. O sistema também disponibiliza informações sobre procedimentos e atividades das instituições, efetivos e frota, com atualização mensal, permitindo acompanhar a atuação institucional e a disponibilidade de recursos operacionais em conjunto com os indicadores criminais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO SISTEMA GESEG	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento Sistema em pleno uso desde o ano de 2020, com mais de 2.500 usuários e 100% aderente às 85 reuniões mensais realizadas no âmbito do Ciclo de Governança. Cada ciclo tem em média 900 participações nas referidas reuniões.
Próxima etapa	Aperfeiçoamento e evolução dos Módulos EmFrente Mulher e Agatha, além de outras demandas envolvendo, por exemplo, o tema de crianças e adolescentes, ...
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 2.000.000 Empenhado até agosto de 2026: aguardando evolução do aditivo Liquidado até agosto de 2026: aguardando evolução do aditivo LOA 2027: R$ 3.673.000 Fonte do recurso: 3060.0001 - FESP Valores dos contratos do GESeg/SIMOV, dotação ou execução financeira de 2026 e LOA 2027. Esses campos dependem dos registros administrativos de desenvolvimento, infraestrutura, suporte e manutenção.
Pontos críticos e riscos	A continuidade do GESeg depende da preservação da capacidade técnica do RS Seguro e da PROCERGS, da sustentação contratual e orçamentária e da disponibilidade de infraestrutura e suporte. A perda de conhecimento especializado, as interrupções ou inconsistências nas bases de dados e as fragilidades na definição de responsabilidades, na avaliação dos modelos e na segurança das informações podem comprometer a operação, a confiabilidade das análises e as evoluções previstas, especialmente nos módulos EmFrente Mulher e Agatha.
Recomendações	Preservar a capacidade técnica da Unidade e a cooperação com a PROCERGS; documentar metodologias, parâmetros, fluxos e responsabilidades; manter as rotinas de qualidade e capacitação; acompanhar a confiabilidade das análises e atualizar séries e recortes temporais antes de divulgar resultados.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
DRC-67/2025 (17.06.2025)	Desenvolvimento, manutenção, suporte e infraestrutura do GESeg e do SIMOV — identificar instrumentos vigentes.	PROCERGS	R$ 213.385,00 mensal	60 meses	Aditivo em andamento (13/10/26)

Parceria técnica Unidade de Coordenação–PROCERGS.

Módulos e funcionalidades do GESeg

O Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública — GESeg foi desenvolvido pela Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro em parceria com a PROCERGS. O sistema reúne recursos de monitoramento de indicadores, previsão, detecção de anomalias, análise geoespacial e gestão das reuniões, além de informações sobre atividades institucionais, efetivos e frota. Integra, ainda, ferramentas de análise de crimes envolvendo veículos, de risco de violência doméstica e de redes e relacionamentos, apoiadas pelo ambiente integrado de dados do RS Seguro. As consultas e análises subsidiam o planejamento operacional e o acompanhamento das ações nas instâncias de governança.

MÓDULO 1 — Monitoramento e análise de indicadores criminais	
Finalidade	O módulo acompanha a evolução dos indicadores criminais em diferentes períodos e recortes territoriais, permitindo consultar os registros, comparar sua incidência e examinar as ocorrências que compõem os resultados apresentados.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Indicadores acompanhados.** O módulo reúne informações sobre crimes Violentos Letais Intencionais — CVLI, Roubo a Pedestre, Roubo de Veículo e Indicadores Locais utilizados no monitoramento dos territórios. **Formas de apresentação.** As consultas apresentam quantidades de vítimas ou ocorrências, taxas, médias diárias e variações entre períodos. As taxas utilizam denominadores correspondentes à natureza de cada indicador, como população, frota de veículos, domicílios, estabelecimentos ou rebanho. **Recortes territoriais.** As informações abrangem o Estado, as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISPs, todos os municípios do Estado, as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISPs e o conjunto dos municípios prioritários do Programa. **Acompanhamento temporal.** O sistema disponibiliza consultas diárias, semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais, com comparação entre períodos equivalentes. A seleção distingue períodos em andamento daqueles já encerrados. **Comparação entre territórios.** As tabelas e os gráficos relacionam quantidades, taxas e variações, permitindo examinar diferenças entre os municípios e acompanhar sua evolução. **Detalhamento dos resultados.** O módulo permite acesso às informações que compõem os totais apresentados, incluindo tipos de fato, distribuição territorial, perfis de vítimas e agressores e ocorrências associadas.
Aplicação na gestão	O módulo fornece informações para os diagnósticos discutidos nas reuniões de governança, permite acompanhar os indicadores selecionados para cada território e examinar sua evolução durante a execução dos planos de ação.
Evoluções em planejamento	**Indicadores e consultas**. A evolução prevista contempla o aperfeiçoamento dos indicadores de tráfico de drogas e criminalidade relacionada, de regras de cálculo, dos denominadores das taxas e das consultas comparativas, além de estudos para a estruturação e qualificação de outros indicadores: indicador de acidentalidade, estelionato, indicadores de contribuição, ...

MÓDULO 2 — Previsão de Indicadores Criminais

Finalidade	O módulo estima o comportamento esperado dos indicadores criminais e sua evolução futura, oferecendo referências para identificar desvios e orientar o planejamento, além da comparação direta com períodos anteriores.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Modelos de séries temporais.** As estimativas consideram tendências, sazonalidades, feriados e fatores climáticos, permitindo caracterizar o comportamento dos indicadores em diferentes períodos e territórios. **Valores esperados e projeções.** O módulo permite comparar os registros observados com os valores esperados para cada território, indicador e período, com apresentação de intervalos que expressam a incerteza das estimativas. **Períodos em andamento.** O sistema combina os valores já observados com previsões para os dias ainda não registrados, incluindo a semana corrente, a seguinte e os demais períodos apresentados nos painéis. **Integração às consultas.** Os resultados estão disponíveis em gráficos de evolução, resumos e comparativos do GESeg, mediante habilitação das previsões e da comparação com valores esperados.
Aplicação na gestão	O módulo subsidia a antecipação de tendências, a interpretação de oscilações recentes, a análise mensal dos territórios e o planejamento das ações. As previsões constituem referências probabilísticas para a gestão, sem equivaler a metas de desempenho ou à certeza de ocorrência dos eventos.
Evoluções em planejamento	**Aperfeiçoamento metodológico.** A evolução prevista compreende a atualização e a avaliação periódica dos modelos, a revisão de parâmetros e a eventual incorporação de novos métodos quantitativos desenvolvidos.

MÓDULO 3 — Detecção e Priorização de Anomalias	
Finalidade	O módulo identifica automaticamente comportamentos atípicos dos indicadores criminais e ordena as situações que demandam análise, concentrando a atenção dos gestores nos alertas mais relevantes.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Detecção diária.** O módulo avalia indicadores no Estado, nas RISPs, nos municípios, nas AISPs e nas Áreas de Alta Densidade Criminal, em janelas móveis de sete a 182 dias e recortes por dia da semana e turno. **Referências históricas e territoriais.** A detecção compara os registros com o comportamento passado, os valores esperados e os territórios de referência, como municípios vizinhos ou similares e conjuntos regionais. **Priorização dos alertas.** O Índice de Priorização das Anomalias — IPA reúne dimensões como gravidade, urgência, intensidade e abrangência. O sistema apresenta a pontuação de cada alerta e seus componentes, permitindo reconhecer os fatores que determinam sua prioridade. **Exploração e acompanhamento.** O módulo disponibiliza uma lista de alertas com filtros, detalhamento dos dados utilizados na detecção, distribuição temporal e ocorrências associadas. O acompanhamento diferencia os alertas ativos daqueles em dissipação.
Aplicação na gestão	O módulo sinaliza alterações que poderiam permanecer pouco visíveis nos totais agregados, orienta a investigação de suas causas e subsidia a definição de prioridades e planos de ação nas instâncias de governança.

Evoluções em planejamento	**Evolução analítica e de acompanhamento.** As melhorias previstas abrangem os métodos de detecção, os parâmetros, a priorização e o detalhamento dos alertas. Incluem o tratamento de anomalias latentes e o aperfeiçoamento das regras de permanência e reativação, ampliando o acompanhamento das situações após cessar o desvio detectado.

MÓDULO 4 — Análise Geoespacial da Criminalidade	
Finalidade	O módulo examina a distribuição territorial dos crimes, identifica concentrações e mudanças espaciais e subsidia a definição de áreas prioritárias para a atuação das instituições.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Mapas e recortes territoriais.** As consultas apresentam ocorrências, quantidades, taxas e variações para o Estado, as RISPs, os municípios, as AISPs e outras áreas de análise, com filtros por indicador e período. **Concentração e mudança espacial.** O módulo disponibiliza mapas de calor, análise da intensidade criminal por segmentos de vias, comparação de densidades entre períodos e identificação de concentrações estatisticamente relevantes, denominadas *hotspots*. **Áreas de Alta Densidade Criminal.** A análise identifica agrupamentos de ocorrências e os representa por trechos de vias, permitindo acompanhar concentrações criminais que não se restringem aos limites administrativos e submetê-las à detecção de anomalias. **Contexto territorial.** O sistema permite sobrepor camadas de equipamentos públicos e câmeras de videomonitoramento, consultar ocorrências e aplicar filtros e medições espaciais para qualificar o diagnóstico local.
Aplicação na gestão	As análises subsidiam o planejamento do patrulhamento, o direcionamento territorial das ações e a compreensão da concentração e do deslocamento da criminalidade entre lugares e períodos.
Evoluções em planejamento	**Evolução dos mapas.** As melhorias previstas compreendem o aprimoramento dos filtros combinados, da navegação temporal, da identificação dos logradouros e da integração de camadas de interesse. Contemplam também a identificação dos períodos de referência de cada camada analítica, favorecendo a comparação adequada das informações.

MÓDULO 5 — Gestão das reuniões e registros de governança	
Finalidade	O módulo sustenta a gestão contínua dos ciclos mensais de análise, das reuniões e dos registros da Sistemática de Governança, preservando decisões, responsabilidades e memória institucional.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Calendário e participantes.** Implantado em janeiro de 2025, o módulo permite a coordenação centralizada do calendário e o agendamento descentralizado das reuniões, com identificação de coordenadores, secretários executivos, titulares, suplentes e participantes. **Registros e acompanhamento.** O sistema reúne presenças, análises, encaminhamentos, anexos e pontos de atenção. As consultas gerenciais permitem acompanhar a realização das reuniões e a participação das instituições. **Boas práticas e áreas em observação.** O módulo permite cadastrar e compartilhar boas práticas identificadas nas reuniões e acompanhar automaticamente indicadores em recortes territoriais e temporais de interesse.

	Apoio à Reunião A1. A análise mensal dos indicadores e dos registros de governança subsidia a seleção de municípios ou RISPs para apresentação ao Colegiado de Estado, presidido pelo Governador do Estado, como destaques de atenção ou por boa evolução. A definição dos destaques compete às instâncias de governança.
Aplicação na gestão	O módulo organiza o fluxo de análise entre as instâncias, apoia o acompanhamento de providências e planos de ação e mantém os registros necessários à continuidade das decisões ao longo dos ciclos e das mudanças de equipes.
Evoluções em planejamento	**Qualificação da gestão.** O aperfeiçoamento previsto abrange a consistência dos registros, o painel gerencial e o acompanhamento das áreas em observação, com ampliação dos recortes monitorados e das funcionalidades de consulta.

MÓDULO 6 — Indicadores de Contribuição	
Finalidade	O módulo acompanha a execução das principais atividades das Instituições de segurança pública e justiça, permitindo analisar sua evolução em conjunto com os indicadores criminais.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Atuação policial.** As consultas abrangem indicadores de inquéritos policiais, apreensões de armas de fogo, prisões em flagrante e por mandado e recuperação de veículos. **Atividades periciais.** O módulo acompanha exames e procedimentos, incluindo confrontos balísticos e papiloscópicos, identificação de material genético, extração de dados e exames em veículos e vítimas. **Sistema de justiça criminal e prisional.** As informações incluem audiências judiciais, pessoas presas em atividades de trabalho ou estudo e celulares apreendidos no sistema prisional. **Consulta e atualização.** A consolidação automatizada dos dados ocorre mensalmente e permite comparações temporais e territoriais. Os indicadores descrevem atividades realizadas e não constituem, isoladamente, medidas do efeito dessas atividades sobre a criminalidade.
Aplicação na gestão	O módulo qualifica os diagnósticos das reuniões de governança, permite acompanhar mudanças na atuação das Instituições e subsidia a identificação de necessidades de articulação, considerando atividades, recursos e criminalidade.
Evoluções em planejamento	**Revisão e ampliação.** A evolução prevista contempla o aperfeiçoamento dos conceitos, das regras de cálculo, da qualidade dos dados e da apresentação dos indicadores. Inclui a revisão das informações sobre o banco de perfis genéticos e a incorporação de novos indicadores de atuação institucional.

MÓDULO 7 — Recursos Operacionais	
Finalidade	O módulo disponibiliza informações sobre efetivos e frota das instituições, subsidiando a análise de sua disponibilidade, distribuição territorial e condições de emprego.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Efetivos.** As consultas apresentam quantitativos, disponibilidade, relação entre população e servidores, afastamentos, diárias e horas extras, a partir dos registros fornecidos pelas Instituições.

	Frota. As informações abrangem a quantidade de viaturas, a composição por faixa de idade, a idade média, a relação com a população, o abastecimento e os quilômetros rodados. **Acompanhamento mensal.** As séries e comparações territoriais permitem observar mudanças na disponibilidade de pessoal e veículos e relacioná-las às condições de atuação institucional.
Aplicação na gestão	O módulo subsidia o diagnóstico das condições operacionais e o planejamento da alocação de recursos. A leitura conjunta com os indicadores criminais e de contribuição amplia os elementos disponíveis para as decisões de governança.
Evoluções em planejamento	**Modernização das consultas.** A modernização prevista contempla a revisão das telas e a incorporação, à própria aplicação GESeg, das consultas atualmente realizadas na plataforma de relatórios Cognos. Abrange também a qualificação da apresentação territorial e do tratamento dos recursos compartilhados, preservando a consistência e a atualização dos dados.

MÓDULO 8 — SIMOV — Sistema Integrado de Monitoramento de Veículos	
Finalidade	O SIMOV apoia a análise de crimes envolvendo veículos e sua recuperação, integrando registros, participantes e informações territoriais em uma plataforma especializada acessível pelo GESeg.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Monitoramento de ocorrências.** Lançado em setembro de 2024, o sistema reúne registros desde 2018 e permite consultar roubos, furtos, receptações, retenções e recuperações, com filtros por período, localização e características dos veículos. **Fluxos e participantes.** A plataforma permite analisar os municípios de subtração e recuperação, consultar pessoas envolvidas e visualizar as informações de forma integrada em gráficos, mapas e listas. **Previsão de recuperação.** O modelo estima as áreas mais prováveis de localização de veículos roubados ou furtados, considerando características do veículo e do local do crime, com resultados apresentados em mapa. **Relatórios e exploração espacial.** O sistema disponibiliza relatórios de ocorrências e participantes, consultas de imediações, delimitação de regiões de interesse e medições de área e distância.
Aplicação na gestão	O SIMOV orienta as buscas e ações de recuperação, permite reconhecer padrões territoriais e conexões entre ocorrências e subsidia a inteligência e o planejamento do enfrentamento aos crimes envolvendo veículos.
Evoluções em planejamento	**Análise de rotas.** Está prevista a ampliação das análises com um modelo de identificação de prováveis rotas de fuga, a partir da integração de registros de passagens de veículos pelo cercamento eletrônico. A implementação dessa funcionalidade depende da disponibilização desses dados.

MÓDULO 9 — EmFrente Mulher	
Finalidade	O módulo apoia a prevenção da violência doméstica mediante estimativas de risco de nova vitimização grave, fornecendo subsídios para priorizar a proteção de mulheres já identificadas nos registros institucionais.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Análise individual de risco.** Desenvolvida em cooperação com *a London School of Economics and Political Science* — LSE e integrada ao GESeg, a ferramenta estima, para cada par vítima–agressor, o risco de revitimização

	grave em seis meses, a partir de registros administrativos e históricos individuais e conjuntos. **Consulta e detalhamento.** O módulo permite pesquisar vítimas ou agressores e consultar a estimativa, a categoria de risco, a última ocorrência, o histórico de estimativas e as variáveis mais influentes na análise. **Análise de risco por território.** O módulo também permite a pesquisa por território, sendo possível consultar a listagem de vítimas e agressores por categoria de risco, por território. **Atualização e rastreabilidade.** As estimativas são atualizadas diariamente. O sistema emite relatórios com identificação do usuário e data da consulta, sob controle de acesso a informações sensíveis.
Aplicação na gestão	As estimativas subsidiam a avaliação dos profissionais de segurança e justiça e a priorização de medidas de proteção, sem substituir a apreciação de cada caso. O risco estimado refere-se à revitimização grave, não à ocorrência específica de feminicídio.
Evoluções em planejamento	**Ampliação da aplicação.** Está prevista a organização do EmFrente Mulher como aplicação autônoma, com identidade visual, ambientes e permissões de acesso próprios, reunindo estatísticas estaduais, regionais e municipais de violência contra a mulher e consultas de risco por território e pessoa. **Acessos e comparações territoriais.** A ampliação contempla três níveis de acesso: estatísticas agregadas; listagens territoriais com identificação de vítimas e agressores, sem acesso à ficha detalhada; e informações individualizadas autorizadas. Inclui painéis de desempenho, comparações entre territórios, gráficos de quadrantes e resumos de evolução. **Modelagem e proteção.** O aprimoramento previsto abrange novas fontes de dados, estudos de risco letal e protocolos de reavaliação e acompanhamento dos casos, especialmente pelas Patrulhas Maria da Penha. A cooperação científica contempla a avaliação da utilização da ferramenta e dos efeitos das intervenções, inclusive por estudos experimentais, quando viáveis.

MÓDULO 10 — Análise de Redes e Relacionamentos (Agatha)	
Finalidade	O Agatha integra informações e permite explorar relações entre pessoas, ocorrências e organizações criminosas, apoiando a compreensão de estruturas, vínculos e dinâmicas criminais.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Pesquisa e exploração de redes.** A ferramenta permite pesquisar pessoas e visualizar relacionamentos em grafos, representações que conectam indivíduos, ocorrências, vínculos familiares, veículos e outras informações das bases integradas. **Histórico institucional.** As consultas reúnem atributos e vínculos provenientes de registros policiais, identificação civil, sistema prisional e bases judiciais, observadas a cobertura e a atualização de cada fonte. **Organizações criminosas.** As informações registradas nas bases são complementadas por estimativas estatísticas de afiliação e agrupamentos, produzidas por modelos desenvolvidos em cooperação com a *London School of Economics and Political Science* — LSE.
Aplicação na gestão	O Agatha subsidia a inteligência e as investigações, permite identificar conexões relevantes e orienta a análise das organizações criminosas. Os vínculos e as estimativas de afiliação constituem subsídios analíticos, sem representar comprovação autônoma de participação criminal.

Evoluções em planejamento	**Exploração integrada.** A ampliação prevista reúne pesquisa, filtros e exploração de organizações criminosas, com listagens de integrantes e alternância entre a visualização dos relacionamentos e a organização dos indivíduos em grupos. **Posições e conexões na rede.** As melhorias contemplam filtros e navegação pela posição dos indivíduos, pelos grupos, pelos integrantes-chave e pelas pessoas que conectam diferentes grupos. Permitem refinar a seleção dos integrantes e incorporar informações sobre suas trajetórias prisionais à exploração das redes. **Aperfeiçoamento dos modelos.** A evolução metodológica contempla o refinamento da identificação e da classificação de afiliações, vínculos e posições nas redes, mediante incorporação de novas fontes de dados. Abrange também a avaliação de sua aplicação operacional e de seus efeitos no enfrentamento às organizações criminosas.

MÓDULO 11 — Data Lake do RS Seguro	
Finalidade	O Data Lake constitui o ambiente integrado de dados institucionais que sustenta o GESeg, o Agatha, o EmFrente Mulher e os estudos e modelos do Programa RS Seguro.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Bases integradas.** O ambiente reúne registros de ocorrências do Sistema de Polícia Judiciária (SPJ), informações prisionais do INFOPEN, dados de identificação do Registro Geral do Instituto-Geral de Perícias e informações educacionais do sistema ISE, da Secretaria da Educação. O acervo também compreende dados de veículos e outras informações compartilhadas institucionalmente. **Tratamento e vinculação.** As rotinas padronizam variáveis, identificam duplicidades, vinculam pessoas e registros, estruturam históricos e verificam inconsistências para uso analítico. **Qualificação de textos e registros.** O processamento extrai e padroniza informações de campos textuais, incluindo dados sobre drogas, armas e veículos, e prepara bases para indicadores e modelos. **Sustentação das aplicações.** Os fluxos de carga e atualização integram resultados dos modelos e disponibilizam conjuntos de dados às aplicações e pesquisas autorizadas, conforme as finalidades e permissões de uso.
Aplicação na gestão	O ambiente reduz a fragmentação da informação, proporciona consistência aos indicadores e permite analisar trajetórias e relações entre eventos, preservando a rastreabilidade e o controle de acesso.
Evoluções em planejamento	**Integrações na saúde**. A ampliação contempla a consolidação da integração dos registros de nascidos vivos (SINASC) e a continuidade da integração dos registros de mortalidade (SIM), ambos parcialmente incorporados. Inclui notificações de agravos e violência (SINAN), regulação de internações e consultas (GERINT/GERCON), atendimentos pré-hospitalares (SAMU/SAPH), ambulatoriais (SIA/APAC), hospitalares (SIH/AIH), atenção primária (SISAB/e-SUS APS) e dispensação de medicamentos (AME/Farmácia Digital). **Proteção às mulheres, proteção social e infância**. A expansão prioriza os dados do RS Mulher Segura, do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR), das Patrulhas Maria da Penha, do Disque-Denúncia 181, do Cadastro Único e dos registros de proteção à infância e adolescência

	(SIPIA). Contempla também a conclusão da integração parcial dos atendimentos 193 do Corpo de Bombeiros Militar. **Justiça e execução penal**. A prioridade é consolidar as integrações parciais dos dados de prisões do Conselho Nacional de Justiça (BNMP) e dos processos do eproc da Justiça Estadual e Federal (TRF4), aprofundando sua vinculação com ocorrências e inquéritos. A agenda inclui, ainda, a incorporação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU - CNJ). **Rotinas de integração e continuidade**. As ações abrangem qualificação e compartilhamento dos dados, recebimento periódico, automação das cargas, testes e governança das integrações, com incorporação das informações às análises do RS Seguro.

MÓDULO 12 – SINARC: Análise de crimes envolvendo tráfico de drogas	
Finalidade	Reunir e analisar informações sobre apreensões de drogas e armas e suas relações com registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), associando ocorrências, materiais apreendidos, participantes e localidades para apoiar o enfrentamento ao narcotráfico.
Funcionalidades e informações disponibilizadas	**Integração de registros**. Consolidação de ocorrências policiais, autos de apreensão e informações de participantes, com integração de dados da Polícia Civil, do Detran/RS, do Instituto-Geral de Perícias e da Polícia Penal. **Consultas de ocorrências**. Consulta de registros com apreensões de drogas e armas, abrangendo ocorrências de diferentes naturezas e relacionando os fatos registrados, os materiais apreendidos, os participantes e as localidades. **Caracterização das apreensões**. Organização de informações sobre os entorpecentes e as armas apreendidos, incluindo tipos, quantidades e características disponíveis nos registros, para consulta e análise das apreensões. **Consulta de participantes**. Visualização de informações e fotografias disponíveis das pessoas vinculadas às ocorrências, permitindo examinar seus registros de participação e as localidades associadas. **Relação entre apreensões e CVLI**. Cruzamento de informações sobre participantes de ocorrências com apreensões de drogas e armas e de registros de CVLI, permitindo identificar pessoas presentes em ambos os conjuntos e examinar os registros em que aparecem. **Análise territorial.** Análise da distribuição geográfica das apreensões e das ocorrências relacionadas aos participantes, permitindo examinar a localização dos registros e suas relações territoriais.

Aplicação na gestão	Subsidiar o planejamento das ações de enfrentamento ao narcotráfico e as atividades de análise criminal, inteligência e investigação, considerando as apreensões de drogas e armas, o histórico de participação das pessoas nos registros e suas relações com ocorrências de CVLI. As informações integradas permitem examinar os registros e sua distribuição territorial para utilização nas atividades institucionais.

3. Planejamento e capacidade operacional

PLANEJAMENTO E CAPACIDADE OPERACIONAL	
Nome	Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023–2032, estratégia de reposição programada de efetivos e Projeto de Dissuasão Focada.
Base legal	Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018; Decreto Federal nº 9.489, de 30 de agosto de 2018; e Decreto Estadual nº 54.516, de 28 de fevereiro de 2019. Para a Dissuasão Focada, Termo de Cooperação firmado em novembro de 2024 e Decreto Estadual nº 57.860, de 5 de novembro de 2024, que institui o Comitê Interinstitucional.
Unidade responsável	Coordenação transversal do RS Seguro, em articulação com SSP, SSPS e órgãos executores. A elaboração do Plano foi conduzida por grupo de trabalho coordenado pelo Secretário Executivo do Programa. A reposição de efetivos compete às instituições responsáveis, conforme autorizações e instrumentos administrativos próprios.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	SSP; SSPS; BM; PC; CBM; IGP; PP; Detran/RS; Fundação de Atendimento Socioeducativo — FASE; SPGG, na articulação com o planejamento governamental. Na Dissuasão Focada: Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria da Saúde e Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Está previsto estudo com a *London School of Economics and Political Science* — LSE.
Objetivo	Organizar objetivos, metas, ações e ciclos de acompanhamento da segurança pública; sustentar a capacidade de execução com planejamento de efetivos; e coordenar medidas voltadas à redução de homicídios consumados e tentados decorrentes de conflitos entre grupos criminosos.
Justificativa	A execução dos planos depende de recursos humanos, formação e admissão compatíveis com as necessidades territoriais e as aposentadorias previstas. O enfrentamento da violência entre grupos demanda atuação coordenada, informação qualificada e acompanhamento das medidas pelas instituições competentes.
Principais instrumentos	Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023–2032, com indicadores, metas e ciclos de implementação, monitoramento e avaliação, articulado ao PPA, à LDO e à LOA. Dimensionamento de necessidades de pessoal, projeção de aposentadorias e cronogramas de concursos, formação e admissões. Na Dissuasão Focada: termo de cooperação, comitê interinstitucional, plano estratégico, intercâmbio de informações, ações de proteção à vida, instrumentos de inteligência e medidas judiciais, penais e assistenciais previstas pelos órgãos competentes.
Público-alvo e abrangência	Instituições estaduais de segurança e do sistema penal e socioeducativo, com abrangência estadual. A Dissuasão Focada focaliza a violência vinculada a grupos criminosos e prevê expansão territorial mediante cronograma próprio, cujo cumprimento deve ser atualizado.
Beneficiários diretos	Instituições e equipes executoras, população atendida pelos serviços de segurança e pessoas e territórios expostos à violência letal. Nomeações de servidores são entregas administrativas, não uma medida desse público beneficiário.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PLANEJAMENTO E CAPACIDADE OPERACIONAL

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023–2032 foi elaborado com oficinas realizadas entre abril e setembro de 2023 e recepcionado e aprovado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP em 16 de setembro de 2024. O Plano incorpora os quatro eixos do RS Seguro e o acompanhamento de metas e ações.

Foram registradas 10.815 nomeações entre 2019 e 2024, incluindo reposição de desligamentos. O acréscimo líquido do efetivo em dezembro de 2024, tomando 2019 como referência, foi de 3.315

servidores, ou 11%. São resultados históricos de 2019–2024, cuja parcela correspondente a 2023–2026 exige apuração específica.

Em novembro de 2024 foi firmado Termo de Cooperação entre o Poder Executivo do Estado – Gabinete do Governador – Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro, Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da Brigada Militar e da Polícia Civil, da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, com a interveniência da Superintendência dos Serviços Penitenciários, da Secretaria da Justiça, Cidadania e dos Direitos Humanos, o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a conjunção de esforços entre os partícipes no estabelecimento de medidas que possibilitem dar efetividade à implementação do Projeto da Dissuasão Focada, com foco na redução de crimes violentos letais e intencionais, especificamente os homicídios dolosos, consumados e tentados, decorrentes de conflitos entre grupos criminosos, com vigência de 5 (cinco) anos, acompanhado da criação de Comitê Interinstitucional.

Como estrutura associada à execução do projeto, o Módulo de Segurança Máxima da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas — PASC foi inaugurado em 29 de novembro de 2024, com 76 celas individuais. Também foram registradas medidas de atendimento em saúde, bloqueio de comunicações, tecnologia antidrone e videomonitoramento no complexo; as entregas físicas e financeiras devem ser consolidadas com o Eixo IV.

Conforme estabelecido no PESPDS, os ciclos de implementação estão organizados da seguinte forma:

• 1º ciclo: 2023–2024;

• 2º ciclo: 2025–2026;

• 3º ciclo: 2027–2028;

• 4º ciclo: 2029–2030; e

• 5º ciclo: 2031–2032.

O Plano estabelece, ainda, que sua implementação deverá ser acompanhada por mecanismos permanentes de governança, monitoramento, avaliação e gerenciamento de riscos.

No que se refere especificamente à avaliação anual, o PESPDS estabelece que:

A avaliação anual do Plano Estadual de Segurança Pública deverá ser realizada até o dia 30 de abril do ano subsequente.

A avaliação referente a determinado exercício deverá ser concluída até **30 de abril do ano seguinte**, conforme calendário:

1-Avaliação referente ao exercício de 2024 → até 30 de abril de 2025;
2- Avaliação referente ao exercício de 2025 → até 30 de abril de 2026;
3- Avaliação referente ao exercício de 2026 → até 30 de abril de 2027.

Essa periodicidade anual não se confunde com os ciclos de implementação bienais, constituindo mecanismo de acompanhamento contínuo da execução do Plano.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PLANEJAMENTO E CAPACIDADE OPERACIONAL	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento Plano Estadual aprovado, estratégia de reposição executada no período relatado e Dissuasão Focada com cooperação firmada e iniciativas implantadas. Estudos, protocolos e ampliação territorial estão entre as ações previstas. Prazo de permanência na etapa/próximo marco: • 1º ciclo: 2023–2024; • 2º ciclo: 2025–2026; • 3º ciclo: 2027–2028; • 4º ciclo: 2029–2030; e • 5º ciclo: 2031–2032.
Próxima etapa	Agenda proposta para 2027, sujeita à pactuação: dias 1–30, revisar metas do Plano, pendências dos instrumentos de cooperação e projeções de pessoal; dias 31–60, compatibilizar prioridades com orçamento, formação e admissões autorizadas e atualizar o plano de trabalho da Dissuasão Focada; dias 61–100, pactuar responsáveis e prazos das ações prioritárias, acompanhar os marcos e avaliar a execução nas instâncias de governança.
Orçamento	Investimento histórico aproximado de R$ 29,3 milhões na construção do Módulo de Segurança Máxima inaugurado em novembro de 2024. O valor deve ser conciliado com o Eixo IV e não representa dotação, empenho ou liquidação de 2026. A execução financeira das demais ações e a LOA 2027 dependem de atualização administrativa.
Pontos críticos e riscos	Pontos a verificar: descompasso entre necessidades de efetivo, autorizações, formação e disponibilidade orçamentária; metas sem informação atualizada; ações interinstitucionais com prazos ou responsabilidades indefinidos; expansão territorial sem confirmação dos requisitos operacionais. Validar a situação concreta com os órgãos executores.
Recomendações	Manter o acompanhamento do Plano e a articulação com os instrumentos orçamentários; atualizar as projeções de pessoal e os cronogramas de formação; documentar compromissos da Dissuasão Focada e avaliar seus marcos com indicadores definidos. Separar nomeações brutas, reposição e acréscimo líquido de efetivo nas prestações de contas.
Mais informações	DECRETO Nº 54.516, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019-Estabelece prazo, diretrizes e coordenação para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, cria o Programa Estruturante RS Seguro e institui, no âmbito do Gabinete do Vice-Governador, a Unidade de Coordenação do referido Programa. DECRETO Nº 57.748, DE 19 DE AGOSTO DE 2024-Altera o Decreto nº 54.516, de 28 de fevereiro de 2019, que estabelece prazo, diretrizes e coordenação para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, cria o Programa Estruturante RS Seguro e institui, no âmbito do Gabinete do Vice-Governador, a Unidade de Coordenação do referido Programa.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
Contratos relevantes à continuidade desta ação: [COMPLEMENTAR número, objeto, contratado, valor global e saldo, vigência, situação e eventual necessidade de prorrogação, conforme registros da unidade executora].					

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
A infraestrutura associada à Dissuasão Focada, especialmente o Módulo de Segurança Máxima da PASC, é consolidada nas fichas do Eixo IV. Eventuais obras ainda em andamento, sem duplicar valores e capacidades entre eixos.				

4. Cooperação técnico-científica com a *London School of Economics and Political Science*

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A LSE	
Nome	Acordo de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Centre for Economic Performance (CEP), da *London School of Economics and Political Science* (LSE), para pesquisa aplicada e aperfeiçoamento da gestão pública.
Base legal	Acordo inicial de 2021 e proposta de continuidade de 2026, vinculados ao PROA nº 21/08.02-0000111-9. A nova pactuação fundamenta-se nas Leis Federais nº 14.133/2021 e nº 13.709/2018, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 04/2024.
Unidade responsável	A proposta de continuidade atribui à Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro, vinculada ao Gabinete do Governador, a coordenação estadual, a disponibilização de dados anonimizados e o acompanhamento da execução. Ao CEP/LSE compete a execução científica e o apoio técnico e metodológico.
Órgãos e entidades parceiras	A nova pactuação reúne as Secretarias da Segurança Pública; da Saúde; da Educação; de Sistemas Penal e Socioeducativo; de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; do Desenvolvimento Social; da Mulher; da Fazenda; e do Trabalho e Desenvolvimento Profissional, em articulação com o Programa RS Seguro e o CEP/LSE.
Objetivo	A cooperação integra dados e conhecimento científico para compreender padrões de criminalidade, aperfeiçoar as capacidades analíticas do Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública (GESeg) e avaliar os efeitos de intervenções e políticas públicas de segurança e de prevenção social.
Justificativa	A análise conjunta de informações de diferentes áreas permite estudar trajetórias individuais, contextos sociais e respostas institucionais. A parceria articula conhecimento técnico estadual e pesquisa acadêmica, produzindo evidências para qualificar a prevenção, a atuação das instituições e a utilização de recursos públicos.
Principais instrumentos	Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho; agenda de pesquisas; bases de dados anonimizadas; modelos e métodos quantitativos; pontos focais, fiscais e suplentes; controles de segurança e confidencialidade; intercâmbios técnicos; relatórios, notas metodológicas e guias de utilização.
Público-alvo e abrangência	Gestores e instituições estaduais de segurança, justiça e políticas sociais, com estudos de abrangência estadual sobre violência doméstica, crime organizado, trajetórias juvenis e resultados de políticas públicas.
Beneficiários diretos	Equipes técnicas e gestoras do Estado e pesquisadores envolvidos na produção e utilização de dados, métodos e evidências para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

RESULTADOS E ENTREGAS DA COOPERAÇÃO COM A LSE

Trajetória da cooperação. A parceria foi estabelecida em 2021 para apoiar o desenvolvimento analítico do GESeg e a pesquisa sobre criminalidade e policiamento. O escopo inicial já contemplava modelos de risco de violência doméstica, análise de redes criminais, detecção de anomalias e previsões, além da avaliação dos programas RS Seguro e Primeira Infância Melhor (PIM).

Ferramentas desenvolvidas. A cooperação contribuiu para o desenvolvimento da Ferramenta de Análise de Risco para Violência Doméstica, integrada ao GESeg, e dos modelos estatísticos de afiliação e agrupamento de indivíduos em organizações criminosas, utilizados no Agatha. Essas soluções oferecem subsídios à priorização da proteção de mulheres e à análise de estruturas e vínculos criminais.

Violência doméstica. A ampliação prevista abrange o aperfeiçoamento dos modelos, a incorporação de novas fontes de informação e o fortalecimento de seu uso operacional. Inclui apoio à elaboração de protocolos e à avaliação dos efeitos da utilização da ferramenta, do monitoramento eletrônico e do patrulhamento proativo.

Organizações criminosas. A continuidade contempla o refinamento da identificação de afiliações, vínculos, grupos e posições em redes, com expansão das fontes de dados e avaliação da aplicação dos modelos. As pesquisas abrangem estruturas e dinâmicas criminais, transferências de lideranças, recrutamento, vínculos familiares e condições de atuação das organizações dentro e fora das prisões.

Prevenção da criminalidade juvenil. Está previsto o desenvolvimento de modelos sobre fatores associados ao ingresso e à reincidência de jovens na criminalidade, com integração de registros policiais, socioeducativos, prisionais e sociais. As análises de trajetórias individuais e familiares subsidiarão estratégias de prevenção, intervenção precoce e acompanhamento das iniciativas.

Avaliação de políticas públicas. A agenda mantém a avaliação dos impactos do RS Seguro, especialmente nos eixos de combate ao crime e de políticas sociais, preventivas e transversais, e do PIM sobre criminalidade, saúde, educação e mercado de trabalho. As avaliações utilizarão métodos experimentais e não experimentais, incluindo experimentos controlados com alocação aleatória quando viáveis.

Apoio analítico e produtos previstos. A cooperação contempla apoio em econometria, estatística, ciência de dados e aprendizado de máquina, com aperfeiçoamento de métodos de identificação de padrões e anomalias, estimativas, previsões e avaliação de eficiência e eficácia. A programação reúne 14 estudos em quatro áreas: violência doméstica, governança e gestão da segurança pública, crime organizado e resultados juvenis. Os produtos previstos incluem relatórios de políticas públicas, artigos científicos, notas metodológicas e guias, associados à troca de conhecimentos e a visitas técnicas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DA COOPERAÇÃO COM A LSE	
Etapa atual	Acordo inicial firmado em 30 de setembro de 2021, com prazo de vigência de 60 meses. A continuidade e a ampliação da cooperação estão estruturadas em minuta de novo instrumento e Plano de Trabalho. A nova pactuação, em fase de coleta de assinaturas, prevê vigência de 60 meses, contados da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.
Próxima etapa	A agenda compreende a formalização do novo instrumento, a organização dos responsáveis institucionais, a preparação e disponibilização das bases autorizadas e a execução das atividades de desenvolvimento e avaliação. Os estudos possuem conclusões previstas entre junho de 2027 e dezembro de 2030.
Orçamento	O acordo inicial não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes, condição preservada na nova pactuação. Cada instituição custeia as despesas correspondentes às suas obrigações. Nas visitas técnicas, os custos ficam a cargo da instituição visitante, com apoio logístico da instituição visitada.
Pontos críticos e riscos	A execução depende da continuidade das equipes, da disponibilidade e qualidade dos dados e das autorizações de compartilhamento. A proposta prevê anonimização antes do envio à LSE, controle de acesso, confidencialidade e uso restrito às finalidades pactuadas.
Recomendações	A transição requer a preservação dos pontos focais, da documentação, das responsabilidades e dos fluxos de dados necessários às pesquisas. A nova pactuação prevê que mudanças de titulares, equipes ou estruturas administrativas não afetem, por si só, a continuidade dos trabalhos, com transferência ordenada das informações. Prevê também a preservação da autoria e da autonomia científica, observadas as regras de segurança, confidencialidade e revisão dos produtos.
Mais informações	PROA nº 21/08.02-0000111-9; Acordo de Cooperação de 2021; proposta de continuidade de 2026, com Plano de Trabalho e programação das pesquisas.

5. Cooperação entre a segurança pública e a saúde para a qualificação dos registros de mortalidade

QUALIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE MORTES POR CAUSAS EXTERNAS	
Nome	Cooperação entre a segurança pública e a saúde para a qualificação das informações sobre mortes por causas externas e redução de registros de óbitos com intenção indeterminada.
Base legal	Termo de Cooperação e Plano de Trabalho vinculados ao PROA nº 25/08.01-0000609-9. A fundamentação indicada abrange as Leis Federais nº 8.080/1990, nº 6.259/1975 e nº 13.709/2018; as Portarias do Ministério da Saúde nº 104/2011, nº 116/2009, nº 1.119/2008 e nº 72/2010; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Instrução Normativa CAGE nº 04/2024.
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro: articulação entre os partícipes e disponibilização de informações. Secretaria da Saúde: gestão estadual do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Polícia Civil e Instituto-Geral de Perícias: fornecimento de informações e qualificação dos registros, conforme suas atribuições.
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Saúde (SES), por intermédio do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (DAPPS) e do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS); Secretaria da Segurança Pública (SSP), Polícia Civil (PC) e Instituto-Geral de Perícias (IGP). A PROCERGS participa das atividades de integração previstas no Plano de Trabalho.
Objetivo	A cooperação busca reduzir registros inespecíficos e esclarecer as circunstâncias e a intencionalidade das mortes por causas externas, qualificando as bases do SIM, do Sistema de Polícia Judiciária (SPJ) e os dados cadastrais do IGP, com distinção entre acidentes, suicídios e homicídios.
Justificativa	A análise conjunta de informações de saúde, ocorrências policiais e dados periciais permite esclarecer divergências e melhorar a classificação dos óbitos. A qualificação dessas bases amplia a confiabilidade das estatísticas utilizadas no planejamento e na avaliação de ações de saúde e segurança pública.
Principais instrumentos	Termo de Cooperação e Plano de Trabalho; Grupo de Trabalho interinstitucional; campos estruturados de informações policiais e periciais; integração ao Data Lake do RS Seguro; rotina de análise e correção de inconsistências; autorizações de acesso; fiscais e suplentes.
Público-alvo e abrangência	Instituições e equipes responsáveis pelos registros de mortalidade, pela análise de ocorrências e pelas informações periciais sobre óbitos, com abrangência estadual.
Beneficiários diretos	Equipes de saúde, segurança pública, perícia e RS Seguro que produzem, qualificam e utilizam as informações para análise e gestão.

ENTREGAS PREVISTAS DA COOPERAÇÃO SAÚDE–SEGURANÇA

Qualificação das causas de morte. O termo estabelece a atuação conjunta para identificar e corrigir inconsistências no SIM, no SPJ e nos dados cadastrais do IGP. O resultado esperado é a redução dos registros de intenção indeterminada e o esclarecimento das circunstâncias das mortes por causas externas, preservadas as atribuições de cada instituição.

Integração das bases de saúde. A cooperação prevê a disponibilização integral das bases de mortalidade (SIM), nascidos vivos (SINASC) e violência pessoal e autoprovocada (SINAN) ao Data Lake do RS Seguro. Também contempla a facilitação do envio de informações do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), com ênfase no apoio à qualificação do modelo de análise de risco para violência doméstica.

Análise de registros inconsistentes. O fluxo prevê o encaminhamento trimestral, pela SES à Polícia Civil, de fatos inconsistentes que possam corresponder a homicídios ocultos, para análise e recategorização, com retorno em até 30 dias corridos. Essa rotina está prevista até a automatização do envio das informações policiais.

Informações policiais e periciais. O compartilhamento contempla campos estruturados sobre identificação da ocorrência, classificação do fato, datas, vítimas, investigados e indiciados. Os dados periciais incluem causa do óbito, instrumento ou meio empregado, prováveis circunstâncias da morte, localização e identificação da vítima. Essas informações subsidiarão a análise das divergências e as correções nas bases.

Comunicações e declarações de óbito. A SES deverá assegurar o registro do órgão policial notificado sobre mortes suspeitas e a geração de protocolo para acompanhamento. O planejamento inclui a deliberação sobre a inserção do número da Declaração de Óbito (DO) do SIM no SPJ e a qualificação das declarações sob responsabilidade dos Institutos Médico-Legais municipais, a partir da avaliação das correções realizadas.

Acessos e integração técnica. A implantação contempla pedidos de autorização para acesso da equipe do SIM às informações policiais e periciais, com compromisso de sigilo. À PROCERGS está prevista a identificação dos dados do IGP já existentes no SPJ e a integração das informações necessárias ao Data Lake do RS Seguro.

Desenvolvimento analítico. O Plano de Trabalho prevê a elaboração de algoritmo de previsão do número de mortes classificadas como decorrentes de causas externas, com base nos dados disponíveis no SPJ, especialmente nos históricos das ocorrências. A iniciativa integra o aperfeiçoamento dos métodos de análise e qualificação das informações sobre mortalidade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DA COOPERAÇÃO SAÚDE–SEGURANÇA	
Etapa atual	O Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho estabelecem responsabilidades institucionais e uma programação inicial de implantação entre março e setembro de 2025, sem apresentar balanço das etapas executadas. A vigência prevista é de dez anos, contados da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado, condição para a eficácia do instrumento.
Próxima etapa	A agenda compreende a constituição do Grupo de Trabalho, a designação dos fiscais e suplentes, a organização das autorizações de acesso e a implantação dos fluxos de compartilhamento. Abrange a integração das bases de saúde e dos dados policiais e periciais, o tratamento periódico das inconsistências, a qualificação das declarações de óbito e o desenvolvimento do algoritmo de previsão.
Orçamento	O Termo de Cooperação não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes.
Pontos críticos e riscos	O compartilhamento policial restringe-se aos campos tabulados e previamente acordados, relativos aos tipos de ocorrência consumada definidos no termo. Não abrange cópias integrais de ocorrências, documentos de inquéritos nem dados de testemunhas ou de outros participantes não contemplados. A disponibilização das informações policiais e periciais ocorrerá, em regra, após três meses, podendo ocorrer posteriormente para preservar investigações em curso. Esse prazo é distinto do retorno da PC em até 30 dias às análises encaminhadas trimestralmente pela SES.
Recomendações	A continuidade requer a manutenção da representação institucional, dos fiscais e suplentes e da interlocução entre Saúde, Polícia Civil, IGP e RS Seguro. O acompanhamento deve preservar a confidencialidade, a guarda dos meios de acesso, a finalidade exclusivamente oficial das informações e a aplicação da metodologia de identificação e correção de inconsistências.
Mais informações	PROA nº 25/08.01-0000609-9; Termo de Cooperação; Anexo I — Plano de Trabalho; Anexo II — informações policiais; Anexo III — informações periciais.

Seção 1.2 – Eixo II

Políticas Sociais, Preventivas e Transversais

Contextualização

O Eixo II – Políticas Sociais, Preventivas e Transversais concentra as ações de prevenção à violência e promoção da cultura de paz desenvolvidas no âmbito do Programa RS Seguro. Parte do entendimento de que a redução sustentável da violência exige uma atuação integrada do Estado, articulando políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, trabalho, desenvolvimento comunitário e urbanismo social, com foco nos territórios com maiores indicadores de violência e vulneráveis socioeconomicamente.

No ciclo 2023–2026, destaca-se a implementação do RS Seguro COMunidade, estratégia de atuação territorializada voltada a microterritórios priorizados a partir da concentração de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) consumados e tentados, ocorridos no período de 2018 a 2022, e vulneráveis sob o aspecto socioeconômico. Nesse contexto, o Eixo passou a estruturar ações de participação comunitária, cooperação técnica internacional, urbanismo social, fortalecimento da rede de serviços públicos e ampliação de oportunidades para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, por meio da articulação entre órgãos estaduais, municípios, instituições parceiras e organizações da sociedade civil.

Projetos, resultados e agenda de continuidade

1. RS Seguro COMunidade — focalização territorial, governança e mobilização

RS SEGURO COMUNIDADE	
Nome	RS Seguro COMunidade — focalização territorial, governança e mobilização comunitária.
Base legal	Protocolo de Intenções (PROA nº 23/0801-0004573-5), Termo de Cooperação FPE nº 474/2025 (PROA nº 25/08.01-0000302-2), Termo de Cooperação FPE nº 858/2025 (PROA nº 25/0801-0000915-2), Termo de Cooperação FPE nº 1000/2025 (PROA nº 25/0801-0001362-1), ACTI 914BRZ3058 (UNESCO)
Unidade responsável	Coordenação do Programa RS Seguro, na função de articulação com as secretarias estaduais e demais partícipes conforme suas competências.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretarias estaduais; Prefeituras Municipais de Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão; Poder Judiciário; Ministério Público; organizações da sociedade civil e referências comunitárias.
Objetivo	Articular políticas de prevenção social à violência em territórios com concentração de crimes violentos e vulnerabilidade socioeconômica, mediante diagnóstico, priorização, participação comunitária e acompanhamento de ações e resultados.
Justificativa	A concentração territorial da violência demanda coordenação entre políticas públicas e direcionamento de recursos. A continuidade da governança mantém responsabilidades, compromissos e acompanhamento das intervenções pactuadas com municípios e comunidades.

RS SEGURO COMUNIDADE	
Principais instrumentos	Governança intersetorial entre órgãos estaduais, municípios e parceiros institucionais; Projeto de Cooperação Técnica Internacional RS Seguro COMunidade – UNESCO (PRODOC); Protocolo de Intenções com os municípios participantes; participação comunitária por meio de pesquisas, oficinas e espaços de diálogo territorial; articulação de políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, trabalho e desenvolvimento urbano; Projetos Urbanísticos Integrados (PUIs); Projetos Urbanísticos Comunitários (PUCs); instrumentos de monitoramento e avaliação; e metodologias de identificação, priorização e acompanhamento dos territórios atendidos.
Público-alvo e abrangência	Moradores de territórios com os maiores índices de CVLIs. Foram selecionados 44 territórios; a primeira etapa contempla 17 territórios, distribuídos em oito municípios (Porto Alegre – 10; Santa Maria – 2; Canoas, Caxias do Sul, Viamão – 1 em cada; e São Leopoldo-Novo Hamburgo – 1 território na divisão dos dois Municípios.
Beneficiários diretos	Comunidade dos territórios priorizados pelo RS Seguro COMunidade, beneficiários das ações de urbanismo social, qualificação de espaços públicos, desenvolvimento comunitário, prevenção à violência e ampliação do acesso a políticas públicas, com foco especial em crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

RESULTADOS E ENTREGAS DO RS SEGURO COMUNIDADE

O RS Seguro COMunidade foi lançado em 15 de dezembro de 2023, sendo uma importante estratégia de prevenção à violência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, baseada na articulação integrada de políticas públicas em territórios prioritários. O Programa é responsável pela integração das ações executadas pelas secretarias estaduais, pela condução da governança interfederativa e pelo relacionamento permanente com municípios, instituições parceiras e comunidades, assegurando a convergência dos investimentos e a efetividade das entregas nos territórios priorizados.

A seleção dos territórios foi realizada com base em metodologia de análise espacial da violência, priorizando áreas com maior concentração de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). A primeira fase do programa contempla 17 territórios localizados em oito municípios, correspondentes aos 17 primeiros colocados no ranking estadual de priorização.

O programa tem como objetivo focalizar a atuação das políticas públicas de prevenção nos territórios selecionados, concentrando esforços governamentais para reduzir fatores de risco associados à violência e ampliar oportunidades para a população. Para isso, articula ações nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, cidadania, qualificação profissional e desenvolvimento social.

Para sua implementação, foi estruturado um investimento de R$ 310 milhões, distribuído entre políticas públicas executadas pelas secretarias estaduais (R$ 90 milhões) e intervenções urbanísticas nos territórios priorizados (R$ 220 milhões). A iniciativa combina investimentos sociais, urbanos e institucionais, promovendo desenvolvimento local, qualificação dos espaços públicos e fortalecimento da prevenção à violência.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO RS SEGURO COMUNIDADE	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento.
Próxima etapa	Dar continuidade à execução dos projetos, ações e políticas públicas preventivas pactuadas com as secretarias estaduais nos 17 territórios priorizados, assegurando a implementação das entregas previstas, a conclusão das intervenções urbanísticas em andamento e a manutenção da governança do programa.
Orçamento	Dotação com alteração 2026 (*transversal): R$ 43.271.787,00 Empenhado até agosto de 2026 (*transversal): R$ 12.889.382 Liquidado até agosto de 2026 (*transversal): R$ 9.329.683,00 LOA 2027 (*transversal): R$ 39.929.444,10 *Transversal: recursos alocados em diferentes secretarias, mas identificadas como RS SEGURO no nível de subprojeto. Fonte do recurso: Tesouro-Livre.
Pontos críticos e riscos	Os principais desafios para a continuidade e o fortalecimento do programa incluem a manutenção da articulação institucional entre Estado, municípios e comunidades, a preservação das pactuações estabelecidas e a consolidação do modelo de governança. Demandam igualmente atenção a integração da execução das ações e dos investimentos, a consolidação das informações sobre cobertura dos serviços nos territórios e o aprimoramento do monitoramento de resultados por meio de dados atualizados e evidências que orientem a tomada de decisão e a definição de prioridades.
Recomendações	Recomenda-se preservar o modelo de governança e coordenação intersetorial do programa, assegurar a continuidade das pactuações com secretarias e municípios, manter atualizados os pontos focais responsáveis pela execução das ações e fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação. Também é fundamental consolidar as informações sobre a cobertura dos serviços e garantir a continuidade da articulação territorial e da participação comunitária nos territórios priorizados.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO RS SEGURO COMUNIDADE					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
ACTI 914BRZ 3058	Acordo de Cooperação Técnica Internacional		R$ 8.038.275,00	30/08/2027 (haverá pedido de prorrogação)	Em execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO RS SEGURO COMUNIDADE			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/2600-9000043-7	Obra PUI Santa Tereza	Fase interna da licitação	Abertura da fase externa da licitação
26/2600-9000138-7	Obra PUI Rubem Berta	Fase interna da licitação	Abertura da fase externa da licitação

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
PUI Umbu (SEI nº 25/2600-9000001-6)	Alvorada/RS	R$ 51.600.000,00	10,32%	Em execução

2. Projetos Urbanísticos Integrados - PUIs

PROJETOS URBANÍSTICOS INTEGRADOS - PUIs	
Nome	Projetos Urbanísticos Integrados (PUIs) nos territórios Umbu, em Alvorada, e Santa Tereza e Rubem Berta, em Porto Alegre.
Base legal	Protocolo de Intenções (PROA nº 230801-0004573-5), Termo de Cooperação FPE nº 474/2025 (PROA nº 25/08.01-0000302-2), Termo de Cooperação FPE nº 858/2025 (PROA nº 25/0801-0000915-2), Termo de Cooperação FPE nº 1000/2025 (PROA nº 25/0801-0001362-1).
Unidade responsável	Coordenação do Programa RS Seguro na concepção, nos estudos territoriais e na articulação institucional e com a comunidade local; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR) na execução das ações urbanísticas.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria de Obras Públicas (SOP), Prefeituras de Alvorada e Porto Alegre; moradores e referências comunitárias dos territórios; Comunitas; Data Favela; Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento do Rio Grande do Sul; equipes responsáveis pelos projetos selecionados.
Objetivo	Qualificar espaços públicos, equipamentos comunitários e infraestrutura urbana nos territórios priorizados, a partir dos princípios do urbanismo social e da segurança pública, do diagnóstico participativo e do planejamento integrado, promovendo melhorias nas condições de uso, convivência, pertencimento comunitário e acesso a serviços e equipamentos públicos.
Justificativa	A continuidade dos projetos, por meio da contratação e execução das obras, preserva os diagnósticos e as pactuações construídas com as comunidades e permite a execução das intervenções planejadas, ampliando o uso dos espaços públicos, fortalecendo a convivência comunitária e contribuindo para a prevenção da violência e para a melhoria da segurança pública local.
Principais instrumentos	Para os 3 PUIs, os principais instrumentos são: pesquisa de percepção e necessidades; oficinas comunitárias; planos de necessidades; licitações na modalidade de concurso público nacional de arquitetura e urbanismo; projetos executivos; licitação para a contratação e execução de obras.
Beneficiários diretos	Comunidades dos territórios Umbu/Alvorada, Santa Tereza/POA e Rubem Berta/POA.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram realizados três concursos públicos nacionais de arquitetura e urbanismo social, com assessoria técnica do IAB/RS, e contratados os vencedores para a realização dos Projetos Executivos dos PUIs Umbu/Alvorada, Santa Tereza/POA e Rubem Berta/POA.

A licitação e a execução das obras são descritas como etapas posteriores. A carteira também inclui Projetos Urbanísticos Comunitários.

PUI UMBU/ALVORADA - AGENDA DE CONTINUIDADE	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução (obra) [ ] encerramento. Prazo de permanência na etapa/próximo marco: setembro de 2027.
Próxima etapa	Plano proposto para 2027: continuidade da execução da obra e sua respectiva entrega.

PUI UMBU/ALVORADA - AGENDA DE CONTINUIDADE	
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 27.455.000,00 (Orçamento SEDUR) Empenhado até agosto de 2026: R$ 27.455.000,00 Liquidado até agosto de 2026: R$ 4.667.016,00 LOA 2027: R$ 24.145.000,00 Fonte do recurso: Tesouro-Livre
Pontos críticos e riscos	Necessidade de revisão e adequação de projetos executivos durante a execução da obra, especialmente em relação ao projeto estrutural do "Terreno E" e às intervenções viárias, com pendências a serem sanadas pela empresa responsável técnica pelo projeto. Possibilidade de impactos no cronograma físico da obra em decorrência de condições climáticas adversas, especialmente eventos associados ao fenômeno El Niño. Necessidade de alinhamento e pactuação acerca da solução adotada para o muro divisório entre a EEEM Campos Verdes e o "Terreno B" do PUI, considerando divergências entre a proposta de urbanismo social prevista no projeto e as manifestações recentes da comunidade escolar quanto à percepção de segurança do local.
Recomendações	Assegurar o acompanhamento contínuo da execução da obra, com monitoramento dos marcos contratuais, das medições, dos prazos e das entregas previstas. Priorizar a conclusão das revisões e adequações de projeto necessárias ao adequado andamento da obra. Manter o diálogo permanente com as comunidades locais e planejar, de forma articulada, a futura operação, utilização e manutenção dos espaços públicos e equipamentos implantados.
Mais informações	Termo de Cooperação FPE nº 474/2025 (PROA nº 25/08.01-0000302-2); Fiscalização e execução da obra pelo SEI nº 26/2600-9000038-0.

PUI SANTA TEREZA/PORTO ALEGRE - AGENDA DE CONTINUIDADE	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [X] em planejamento (fase interna da licitação da obra) [ ] em contratação [ ] em execução (obra) [ ] encerramento. Prazo de permanência na etapa/próximo marco: outubro de 2026.
Próxima etapa	Fase externa do processo licitatório: outubro de 2026. Expectativa de OIS da obra: dezembro de 2026. Execução da obra: início em janeiro de 2027.
Orçamento	Dotação com alteração 2026:R$ 2.500.000,00 (Orçamento SEDUR) Empenhado até outubro de 2026: R$ 0,00 Liquidado até outubro de 2026: R$ 0,00 LOA 2027: R$ 24.678.099,38 Fonte do recurso: Tesouro-Livre.
Pontos críticos e riscos	Conclusão, pela empresa contratada para elaboração do projeto, do orçamento executivo e da tabela de encargos da obra, bem como sua análise e aprovação pelos órgãos competentes, especialmente SEDUR e SOP. Cumprimento dos prazos administrativos necessários à instrução processual e análise técnica. Encaminhado à CELIC para a realização da licitação e contratação da empresa executora, de modo a preservar a previsão de início das obras em janeiro de 2027.
Recomendações	Assegurar o acompanhamento prioritário e contínuo do processo, com monitoramento dos marcos administrativos, dos prazos e das entregas previstas, de forma a garantir a conclusão das etapas necessárias à licitação e contratação da obra. Manter articulação permanente com a empresa responsável pelo projeto e os demais atores envolvidos, buscando preservar

	a previsão de início das obras em janeiro de 2027. Manter o diálogo com as comunidades locais e planejar, de forma articulada, a futura operação, utilização e manutenção dos espaços públicos e equipamentos a serem implantados.
Mais informações	Termo de Cooperação FPE nº 858/2025 (PROA nº 25/0801-0000915-2); Licitação da obra pelo SEI nº 26/2600-9000043-7.

PUI RUBEM BERTA/PORTO ALEGRE - AGENDA DE CONTINUIDADE	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [X] em planejamento (fase interna da licitação da obra) [ ] em contratação [ ] em execução (obra) [ ] encerramento. Prazo de permanência na etapa/próximo marco: outubro de 2026.
Próxima etapa	Fase externa do processo licitatório: outubro de 2026. Expectativa de OIS da obra: dezembro de 2026. Execução da obra: início em janeiro de 2027.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 2.500.000,00 Empenhado até outubro de 2026: R$ 0,00 Liquidado até outubro de 2026: R$ 0,00 LOA 2027: R$ 28.406.674,51 Fonte do recurso: Tesouro-Livre
Pontos críticos e riscos	Conclusão, pela empresa contratada para elaboração do projeto, do orçamento executivo e da tabela de encargos da obra, bem como sua análise e aprovação pelos órgãos competentes, especialmente SEDUR e SOP. Cumprimento dos prazos administrativos necessários à instrução processual, análise técnica, encaminhamento à CELIC, realização da licitação e contratação da empresa executora, de modo a preservar a previsão de início das obras em janeiro de 2027.
Recomendações	Assegurar o acompanhamento prioritário e contínuo do processo, com monitoramento dos marcos administrativos, dos prazos e das entregas previstas, de forma a garantir a conclusão das etapas necessárias à licitação e contratação da obra. Manter articulação permanente com a empresa responsável pelo projeto e os demais atores envolvidos, buscando preservar a previsão de início das obras em janeiro de 2027. Manter o diálogo com as comunidades locais e planejar, de forma articulada, a futura operação, utilização e manutenção dos espaços públicos e equipamentos a serem implantados.
Mais informações	Termo de Cooperação FPE nº 1000/2025 (PROA nº 25/0801-0001362-1); Licitação da obra pelo SEI nº 26/2600-9000138-7

3. Taça das Favelas

TAÇA DAS FAVELAS	
Nome	Taça das Favelas
Base legal	Protocolo de Intenções (PROA nº 23/0801-0004573-5) Ação apoiada pelo PISEG: Lei Complementar nº 15.224/2018 e Decreto Estadual nº 54.361/2018
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	CUFA/RS
Objetivo	Utilizar o esporte como instrumento de inclusão social, fortalecimento comunitário e prevenção à violência, promovendo o protagonismo juvenil e ampliando o acesso de adolescentes e jovens a oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e cidadã nos territórios prioritários do RS Seguro COMunidade.
Justificativa	O Taça das Favelas utiliza o esporte como ferramenta de mobilização comunitária e inclusão social, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a promoção do protagonismo juvenil e a ampliação de oportunidades para adolescentes e jovens dos territórios prioritários. A iniciativa reforça as estratégias de prevenção à violência do RS Seguro COMunidade ao promover integração, participação, pertencimento e mobilização comunitária.
Principais instrumentos	Protocolo de Intenções (PROA nº 23/0801-0004573-5) - objetivo de envidar esforços necessário para implantação, implementação e governança do RS Seguro COMunidade nos territórios priorizados por meio de ações estratégicas, integradas e sistêmicas.
Público-alvo e abrangência	Tem como público-alvo adolescentes e jovens residentes em comunidades e territórios de maior vulnerabilidade social, especialmente aqueles localizados nos municípios priorizados pelo Programa RS Seguro. Em sua edição de 2024, a iniciativa abrangeu 37 municípios e na edição de 2026, foram abrangidos 30 municípios do Rio Grande do Sul, incluindo os 23 municípios priorizados pelo programa, promovendo a participação de equipes masculinas e femininas e fortalecendo a integração entre esporte, cidadania e desenvolvimento comunitário.
Beneficiários diretos	Adolescentes e jovens residentes em comunidades e territórios vulneráveis participantes da competição, bem como suas famílias e comunidades, alcançados pelas atividades esportivas, educativas e de mobilização social promovidas pelo projeto.

O Taça das Favelas RS consolidou-se como uma das principais iniciativas de mobilização comunitária do RS Seguro COMunidade, utilizando o esporte como instrumento de inclusão social, fortalecimento de vínculos e prevenção à violência. Desde sua implementação no Estado, em 2023, o projeto apresenta trajetória de expansão contínua, tanto em abrangência territorial quanto em participação popular. Na edição de 2023, a competição mobilizou mais de 6 mil jovens, com 540 equipes participantes em 25 municípios. Em 2024, ampliou sua abrangência para 37 municípios, incluindo os 23 municípios priorizados pelo RS Seguro, contando com mais de 730 equipes inscritas e 10 mil jovens participantes. Em 2025, reuniu mais de 15 mil participantes em diversos municípios gaúchos, consolidando-se como a maior competição de favelas do Estado. Para além da dimensão esportiva, a iniciativa fortalece o protagonismo juvenil, a integração comunitária e a articulação entre poder público, organizações da sociedade civil e lideranças locais, consolidando-se como uma importante estratégia de inclusão social, desenvolvimento comunitário e promoção da cultura de paz. Em 2026, o Taça das Favelas contou com a participação de cerca de 6 mil jovens de 30 cidades gaúchas, distribuídos em 300 times, com 74 femininos e 226 masculinos. A final acontecerá no dia 31 de outubro no Estádio do Esporte Clube São José.

AGENDA DE CONTINUIDADE DA TAÇA DAS FAVELAS	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento —
Próxima etapa	Assegurar a continuidade do Taça das Favelas RS, fortalecendo sua abrangência territorial e sua integração às ações do RS Seguro COMunidade. Entre as prioridades estão a manutenção das parcerias institucionais, a ampliação das oportunidades ofertadas aos participantes, o fortalecimento da participação feminina e o aprimoramento do acompanhamento dos resultados, consolidando o esporte como ferramenta de inclusão social, protagonismo juvenil e prevenção à violência.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 500.000,00. Empenhado até agosto de 2026: R$ 500.000,00. Liquidado até agosto de 2026: R$ 500.000,00. LOA 2027: Fonte do recurso: PISEG.
Pontos críticos e riscos	Entre os principais riscos estão a descontinuidade das parcerias institucionais e das fontes de financiamento, a redução da mobilização dos municípios e comunidades participantes, a diminuição do número de equipes inscritas e a perda de integração com as políticas públicas de prevenção à violência. Também demandam atenção a manutenção da capacidade operacional para execução do projeto e a garantia de ampla participação dos territórios prioritários e das equipes femininas e masculinas.
Recomendações	Garantir a realização anual da Taça das Favelas RS, com a manutenção das parcerias institucionais, da participação dos municípios e da integração da iniciativa às estratégias de prevenção à violência e desenvolvimento social do RS Seguro COMunidade.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE nº 1978/2026	Realização da Taça das Favelas no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2026.	CUFA	R$ 500.000,00	30/03/2027	Em execução

4. Expo Favela

EXPO FAVELA	
Nome	Expo Favela
Base legal	Protocolo de Intenções (PROA nº 23/0801-0004573-5) Ação apoiada pelo PISEG: Lei Complementar nº 15.224/2018 e Decreto Estadual nº 54.361/2018
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	CUFA/RS
Objetivo	Promover o empreendedorismo, a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico nos territórios priorizados pelo RS Seguro, ampliando oportunidades para empreendedores das periferias por meio da qualificação, da geração de redes de contato e da conexão com investidores e parceiros institucionais.
Justificativa	O fortalecimento do empreendedorismo constitui importante estratégia de inclusão social, geração de renda e desenvolvimento territorial. A Expo Favela RS amplia a visibilidade de empreendedores oriundos das periferias, promove acesso a qualificação, mentorias e oportunidades de negócios, além de contribuir para o protagonismo comunitário e para as estratégias de prevenção à violência desenvolvidas pelo RS Seguro
Principais instrumentos	Protocolo de Intenções (PROA nº 23/0801-0004573-5) - objetivo de envidar esforços necessário para implantação, implementação e governança do RS Seguro COMunidade nos territórios priorizados por meio de ações estratégicas, integradas e sistêmicas.
Público-alvo e abrangência	A iniciativa tem como público-alvo empreendedores residentes em comunidades e territórios de maior vulnerabilidade social, especialmente nos municípios priorizados pelo RS Seguro. Desde sua implementação, a Expo Favela RS abrange os 23 municípios priorizados pelo programa, além dos municípios de Montenegro e Frederico Westphalen, alcançando 25 municípios em todo o Estado.
Beneficiários diretos	Empreendedores, microempreendedores, coletivos e iniciativas econômicas oriundas dos territórios e comunidades participantes.

A Expo Favela RS consolidou-se como uma importante estratégia de mobilização comunitária, inclusão produtiva e fortalecimento do empreendedorismo nos territórios priorizados pelo RS Seguro. Realizada em parceria com a CUFA, a iniciativa conecta empreendedores das periferias a investidores, instituições públicas e privadas, promovendo oportunidades de negócios, qualificação, geração de renda e desenvolvimento social. Além da exposição de empreendimentos, o evento reúne palestras, mentorias, painéis e rodadas de negócios, fortalecendo o protagonismo econômico das comunidades e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. A Expo Favela RS apresentou crescimento contínuo desde sua primeira edição. Em 2023, o evento reuniu 12.787 participantes e contou com 92 empreendedores expositores, selecionados entre mais de 4 mil inscritos. Em 2024, alcançou público de 17 mil pessoas e reuniu 96 empreendedores expositores entre 5 mil inscritos. Já em 2025, superou a marca de 20 mil participantes e selecionou 164 empreendedores entre mais de 6 mil inscritos, consolidando-se como uma das principais iniciativas do empreendedorismo periférico do Estado. Neste ano de 2026, a FIERGS receberá, nos dias 6 e 7 de novembro, a exposição de trabalhos de 170 empreendedores, que apresentarão seus produtos, serviços e iniciativas ao público participante.

AGENDA DE CONTINUIDADE DA EXPO FAVELA	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento
Próxima etapa	Dar continuidade à realização anual da Expo Favela RS, ampliando as oportunidades de participação dos empreendedores dos municípios priorizados pelo RS Seguro e fortalecendo a articulação entre poder público, iniciativa privada, investidores e lideranças comunitárias, com vistas à ampliação das oportunidades de geração de renda e desenvolvimento local.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 1.098.000,00. Empenhado até agosto de 2026: Liquidado até agosto de 2026: LOA 2027: Composição de várias secretarias SEDAC – R$ 50.000,00 - Proa nº 26/1100-9000578-9 SEDEC – R$ 50.000,00 - Proa nº 26/1100-9000578-9 STDP – R$ 50.000,00 - Proa nº 26/1100-9000578-9 SICT – R$ 50.000,00 - Proa nº 26/1100-9000578-9 SJCDH – R$ 48.000,00 - Proa nº 26/1100-9000578-9 SEDES - R$200.000,00 – ainda não tem PROA SETUR - R$350.000,00 – ainda não tem PROA PISEG - R$300.000 – Proa nº 26/801-0001150-0
Pontos críticos e riscos	Entre os principais desafios estão a manutenção das parcerias institucionais e das fontes de financiamento, a mobilização dos empreendedores dos territórios prioritários e a preservação da integração da iniciativa com as estratégias de desenvolvimento social e prevenção à violência do RS Seguro. Também requer atenção a continuidade das ações de qualificação e acompanhamento dos empreendedores para além da realização do evento.
Recomendações	Garantir a realização anual da Expo Favela, com a manutenção das parcerias institucionais, da participação dos municípios e da integração da iniciativa às estratégias de prevenção à violência e desenvolvimento social do RS Seguro COMunidade.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DA EXPO FAVELA					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE nº 1977/2026	Realização da Expo Favela 2026 nos 23 municípios priorizados no Programa RS Seguro e os municípios de Frederico Westphalen e Montenegro.	CUFA	R$ 300.000,00	30/03/2027	Em execução

5. Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO

ACTI UNESCO	
Nome	Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO
Base legal	ACTI 914BRZ3058 (UNESCO)
Unidade responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Casa Civil Secretaria Estadual da Saúde Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano
Objetivo	Aperfeiçoar os sistemas de proteção e de prevenção à violência infantojuvenil nos territórios priorizados pelo RS Seguro COMunidade, por meio do desenvolvimento e disseminação de metodologias, instrumentos e modelos de gestão voltados à promoção da cultura de paz e à qualificação das políticas públicas.
Justificativa	O projeto foi concebido a partir da identificação da necessidade de qualificar e consolidar metodologias de prevenção à violência no âmbito do RS Seguro COMunidade, fortalecendo a capacidade técnica do Estado para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas orientadas por evidências. A cooperação com a UNESCO viabiliza o acesso a conhecimento especializado e a experiências nacionais e internacionais voltadas à prevenção da violência, ao desenvolvimento social e à promoção da cultura de paz.
Principais instrumentos	ACTI 914BRZ3058 (UNESCO)
Público-alvo e abrangência	O projeto tem como público-alvo a população residente nos 17 territórios prioritários do RS Seguro COMunidade, com foco especial em crianças, adolescentes e jovens. Também alcança profissionais das áreas da saúde, assistência social, educação, desenvolvimento urbano e gestão pública, além de lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil. Sua abrangência contempla os oito municípios que integram a primeira fase do programa.
Beneficiários diretos	São beneficiários diretos do projeto os moradores dos 17 territórios priorizados, especialmente crianças, adolescentes e jovens, além de servidores estaduais e municipais, profissionais das políticas públicas envolvidas, lideranças comunitárias e organizações parceiras que participarão dos processos de capacitação, implementação e validação das metodologias desenvolvidas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO ACTI UNESCO

A cooperação técnica entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a UNESCO, formalizada em 30 de agosto de 2024, foi estruturada para apoiar a qualificação das políticas públicas vinculadas ao RS Seguro COMunidade, com foco nos eixos de primeira infância, prevenção à violência juvenil, urbanismo social e governança territorial. O projeto tem contribuído para a produção de conhecimento aplicado, o desenvolvimento de metodologias, a qualificação de processos de gestão e o fortalecimento da capacidade institucional do Estado e dos municípios para implementação de políticas públicas baseadas em evidências.

Como principal legado, a cooperação prevê a elaboração e consolidação de entregas estruturantes voltadas ao aprimoramento das estratégias de prevenção à violência, incluindo metodologias de atuação territorial, instrumentos de monitoramento e avaliação, modelos de governança, guias técnicos, estudos, diagnósticos e processos de capacitação. Tais produtos têm como finalidade

qualificar a tomada de decisão, fortalecer a integração entre políticas públicas e ampliar a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo RS Seguro COMunidade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO ACTI UNESCO	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento — [VALIDAR].
Próxima etapa	Concluir a execução das entregas previstas no projeto de cooperação técnica, assegurando a validação, disseminação e incorporação das metodologias desenvolvidas às políticas públicas estaduais. Destaca-se, ainda, a necessidade de consolidar a transferência de conhecimento para as equipes técnicas do Estado e dos municípios, garantindo a sustentabilidade e a replicabilidade dos resultados alcançados após o encerramento da cooperação.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 8.038.275,00 Empenhado até agosto de 2026: R$ 8.038.275,00. Liquidado até agosto de 2026: R$ 8.038.275,00 LOA 2027:
Pontos críticos e riscos	Entre os principais riscos estão a descontinuidade institucional, a substituição de equipes técnicas estratégicas, e eventuais dificuldades de articulação entre Estado, municípios e parceiros institucionais. Também requer atenção a efetiva incorporação das metodologias e instrumentos produzidos pelo projeto às rotinas administrativas e às políticas públicas permanentes.
Recomendações	Assegurar a continuidade da governança do projeto e a conclusão das contratações e entregas previstas, preservando a memória técnica produzida e promovendo a incorporação dos produtos desenvolvidos às políticas públicas estaduais. Recomenda-se, ainda, definir claramente as áreas responsáveis pela manutenção, atualização e disseminação das metodologias, instrumentos e modelos de gestão resultantes da cooperação técnica com a UNESCO.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO ACTI UNESCO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
	O objetivo do presente projeto de cooperação é contribuir com o aperfeiçoamento dos instrumentos, metodologias e indicadores voltados às políticas de atenção e de prevenção da violência infanto-juvenil, bem como de promoção da cultura de paz nos territórios priorizados do Programa RS Seguro COMunidade, visando a qualificação da segurança.		R$ 8.038.275,00	30/08/2027 (com pedido de prorrogação)	Em execução

6. Projetos Urbanísticos Comunitários - PUCs

Os Projetos Urbanísticos Comunitários (PUCs) constituem uma das estratégias de urbanismo social desenvolvidas no âmbito do RS Seguro COMunidade, voltada à realização de intervenções urbanas de pequena escala, rápida implementação e alto impacto local em territórios priorizados pelo Programa. As intervenções buscam requalificar espaços públicos degradados, residuais ou subutilizados, promovendo sua ocupação positiva pela comunidade, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento do sentimento de pertencimento aos territórios.

No ciclo 2023–2026, foi estruturada a contratação, em parceria com a UNESCO, de consultoria especializada para desenvolver a metodologia estadual dos PUCs, elaborar um Guia de Implantação da Metodologia de Urbanismo Social, produzir um Catálogo de Soluções Urbanas e desenvolver oito projetos-piloto em municípios do RS Seguro COMunidade. O processo licitatório encontra-se, atualmente, com a UNESCO, em trâmites para a publicação. A iniciativa encontra-se tecnicamente estruturada, com Termo de Referência concluído, escopo definido e territórios selecionados, **configurando uma ação estratégica que demanda continuidade administrativa** para sua implementação no próximo ciclo de governo.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Projetos Urbanísticos Comunitários - PUCs
Base legal	Acordo de Cooperação Técnica Internacional UNESCO nº 914BRZ3058.3; Termo de Referência UNESCO nº 2607/2026.
Unidade responsável	Coordenação do Programa RS Seguro na concepção, nos estudos territoriais e na articulação institucional e com a comunidade local; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR) na execução das ações urbanísticas.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR); Secretaria de Obras Públicas (SOP); Prefeituras Municipais de Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Viamão.
Objetivo	Desenvolver a metodologia e o Guia de Implantação de Urbanismo Social, elaborar o Catálogo de Soluções Urbanas e oito Projetos Executivos completos de Projetos Urbanísticos Comunitários (PUCs) para os territórios priorizados pelo Programa RS Seguro, acompanhados da capacitação de servidores estaduais e municipais.
Justificativa	Requalificar espaços públicos degradados, residuais ou subutilizados nos territórios prioritários do RS Seguro COMunidade, por meio de intervenções orientadas pelos conceitos de acupuntura urbana, urbanismo social e Prevenção da Violência por meio do Desenho Ambiental (CPTED). A construção participativa dos projetos permite incorporar as necessidades das comunidades, ampliar a vigilância natural e qualificar os espaços de convivência, fortalecendo o pertencimento, a integração comunitária e a cultura de paz. A iniciativa também promove a capacitação de equipes públicas e a produção de instrumentos técnicos para orientar e replicar futuras intervenções.
Principais instrumentos	Contratação de consultoria especializada via edital internacional UNESCO; realização de oficinas comunitárias participativas; modelagem de projetos em BIM (interoperabilidade em .rvt e IFC); capacitações in loco e workshop técnico final de transferência tecnológica para prefeituras e Estado.
Público-alvo e abrangência	Comunidade dos oito territórios prioritários, distribuídos em sete dos municípios do RS Seguro COMunidade: Porto Alegre (Partenon/Maria da Conceição e Restinga), Canoas (Guajuviras), Caxias do Sul (Santa Fé e N. Sra. de Fátima), Santa Maria (Rosário/Divina Providência/Salgado Filho/Carolina), Novo Hamburgo (Santo Afonso/Santos Dumont/Rio dos

	Sinos), São Leopoldo (Santo Afonso/Santos Dumont/Rio dos Sinos) e Viamão (Jari/Augusta).
Beneficiários diretos	Comunidades dos territórios atendidos e equipes técnicas (servidores públicos) do Governo do Estado e das sete Prefeituras Municipais qualificadas.

RESULTADOS E ENTREGAS DOS PUCs

Consolidação e Aprovação do TR UNESCO nº 2607/2026: Aprovação final do Termo de Referência no valor estimado de R$ 987.000,00 para contratação da consultoria técnica internacional especializada.

Mapeamento e Diagnóstico Físico dos Territórios Piloto: Delimitação geográfica e levantamento inicial dos oito terrenos/áreas de intervenção nos sete municípios prioritários do Eixo 2 do RS Seguro.

Estruturação do Escopo dos 13 Produtos Técnicos:

- Produto 1: Diretrizes Iniciais e recomendações para o Guia e Catálogo.
- Produto 2: Versão Inicial do Guia de Implantação da Metodologia de Urbanismo Social.
- Produto 3: Oficina de Capacitação com servidores estaduais e municipais.
- Produtos 4 a 11: Elaboração de 8 Projetos Executivos completos em metodologia BIM para os PUCs (com teto orçamentário fixado em até R$ 1.000.000,00 por intervenção física).
- Produto 12: Catálogo de Soluções Urbanas em 2 volumes (Volume I – Conceitual e Volume II – Caderno Técnico de Detalhamento em BIM, organizado em Kits de Ambiência).
- Produto 13: Workshop Técnico de Transferência de Conhecimento, Replicabilidade e Multiplicação.

AGENDA DE CONTINUIDADE DOS PUCs	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [**X**] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento. **Descrição da etapa:** O projeto encontra-se em fase de seleção e julgamento de propostas técnicas e financeiras na licitação internacional promovida pela UNESCO. O contrato terá vigência de 330 dias corridos a contar da assinatura da Ordem de Serviço (D0). Prazo de permanência na etapa/próximo marco: 3 meses/ contratação da empresa
Próxima etapa	Plano proposto para 2027: • Assinatura do Contrato e emissão de Ordem de Serviço (D0). • Até D0 + 30 dias: Entrega e aprovação do Produto 1 (Diretrizes Iniciais). • Até D0 + 60 dias: Entrega e validação do Produto 2 (Versão Inicial do Guia de Implantação). • Até D0 + 75 dias: Realização da Oficina (Produto 3) com equipes do Estado e das 7 prefeituras. • Realização das oficinas comunitárias presenciais (no mínimo 2 por território) para construção participativa dos diagnósticos e projetos conceituais.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 2.914.602,17 (Orçamento SEDUR) Empenhado até agosto de 2026: R$ 0,00 Liquidado até agosto de 2026: R$ 0,00. LOA 2027: R$ 8.000.000,00 (Tesouro). Valor repassado para UNESCO (914BRZ3058.3): R$ 987.000,00. Estimativa de Investimento em Obras (08 PUCs): Até R$ 8.000.000,00 (teto financeiro máximo de R$ 1,0 milhão por área). Fonte do Recurso: Tesouro do Estado
Pontos críticos e riscos	• Validações técnicas municipais: Risco de atraso na emissão dos pareceres de anuência pelas 7 Prefeituras (Mitigação: reuniões quinzenais de alinhamento e limite contratual de 3 rodadas de revisão).

	Engajamento comunitário: Necessidade de forte mobilização local para garantir presença efetiva dos moradores nas oficinas. Limite financeiro das obras: Risco de projetos superarem o teto de R$ 1,0 milhão por área (Mitigação: revisão orçamentária obrigatória pela consultoria e análise pela Curva ABC).
Recomendações	Manter a articulação interinstitucional permanente entre RS Seguro, SEDUR e as Secretarias Municipais de Planejamento e Urbanismo. • Assegurar a disponibilização célere dos modelos em BIM (rvt e IFC) e planilhas orçamentárias (base SINAPI) no Ambiente Comum de Dados (CDE) para viabilizar a licitação imediata das obras pelos municípios. Renovar ACT com a UNESCO.
Mais informações	Termo de Referência UNESCO nº 2607/2026 (Projeto 914BRZ3058.3) Diretrizes CPTED e Guia de Execução de Projetos da UNESCO.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DOS PUCs					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
914BRZ3058.3	Aperfeiçoamento dos instrumentos, metodologias e indicadores voltados às políticas de atenção e de prevenção da violência infanto-juvenil, bem como de promoção da cultura de paz nos territórios priorizados do Programa RS Seguro COMunidade, visando a qualificação da segurança.	UNESCO	R$ 8.038.275,00	36 meses	Em execução

Seção 1.3 – Eixo III

Qualificação do Atendimento ao Cidadão e Valorização Profissional

Contextualização

O Eixo III reúne ações voltadas à qualificação dos serviços prestados à população, à modernização dos processos e estruturas das instituições de segurança pública e à valorização dos profissionais responsáveis por sua execução. As iniciativas desenvolvidas abrangem a incorporação de novas tecnologias, a ampliação da capacidade de produção de provas periciais, a modernização de instalações físicas e a melhoria das condições de trabalho, com o objetivo de tornar os serviços públicos mais eficientes, acessíveis e qualificados.

Um dos avanços estratégicos instituídos no âmbito do Eixo III foi a ideação e implantação da utilização de **Câmeras Corporais (COP)** pelo efetivo da Segurança Pública, sendo que em setembro de 2026 o Comando de Policiamento da Capital completou 2 anos de uso de 1.000 câmeras nos seus 6 Batalhões, além de outras 250 em uso na Região Metropolitana (Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão). Está em andamento o plano de expansão (+1.750 unidades) com recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública para atender a todos os 23 Municípios priorizados pelo RS Seguro.

Também integram o Eixo III as ações articuladas pelo Comitê EmFrente, Mulher, voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à proteção das vítimas, à promoção da autonomia feminina e à mobilização da sociedade para a construção de uma cultura de respeito e igualdade. Nesse contexto, destacam-se iniciativas relacionadas ao monitoramento do agressor, à prevenção da violência nas escolas, aos grupos reflexivos de gênero, ao Selo EmFrente, Mulher e à inserção de mulheres em situação de violência no mundo do trabalho.

Projetos, resultados e agenda de continuidade

1. Banco de Perfil Genético

BANCO DE PERFIL GENÉTICO	
Nome	Qualificação dos serviços periciais por meio do Banco de Perfis Genéticos do Estado do Rio Grande do Sul (BPG-RS).
Base legal	Termo de Cooperação FPE nº 3794/2026 e Plano de Trabalho (PROA nº 20/0802-0000150-4). Leis Federais nº 12.654/2012, 12.037/2009, 7.210/1984, 15.272/2025 e 15.295/2025; Decreto Federal nº 7.950/2013; Lei Federal nº 13.709/2018, no que couber; Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 101/2000; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Instrução Normativa CAGE nº 04/2024.
Unidade responsável	Programa RS Seguro, no Gabinete do Governador: coordenação estratégica, indicadores, monitoramento e coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional. Instituto-Geral de Perícias (IGP), por meio da Divisão de Genética Forense do Departamento de Perícias Laboratoriais: administração do BPG-RS, coleta, processamento, genotipagem, inserção dos perfis e capacitação.

BANCO DE PERFIL GENÉTICO	
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria da Segurança Pública (SSP); Brigada Militar (BM); Polícia Civil (PC); Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS); Polícia Penal (PP); Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG); PROCERGS; Defensoria Pública do Estado (DPE); Tribunal de Justiça do Estado (TJRS); Ministério Público do Estado (MPRS); Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); Ministério Público Federal no RS (MPF/RS); e Superintendência Regional da Polícia Federal no RS.
Objetivo	Coordenar a coleta de material biológico de pessoas legalmente sujeitas ao procedimento, a análise, inserção, gestão e acompanhamento dos perfis no BPG-RS, integrante da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG). Integrar informações para planejar, executar, fiscalizar e avaliar o fluxo, conforme viabilidade técnica e autorização jurídica.
Justificativa	O fluxo de identificação genética envolve segurança pública, perícia, sistema prisional e justiça. Definir responsabilidades, registros e formas de comunicação permite acompanhar as etapas, identificar pendências e evitar duplicidades, preservando a cadeia de custódia, a rastreabilidade e a finalidade identificatória dos dados.
Principais instrumentos	Termo de Cooperação e Plano de Trabalho; Grupo de Trabalho Interinstitucional; fluxos operacionais a estruturar e submeter à validação das instâncias competentes; Registro de Coleta Obrigatória de Material Biológico; capacitação pelo IGP; integração mínima de informações; indicadores, relatórios e painéis institucionais; designação de fiscais e suplentes por cada partícipe.
Público-alvo e abrangência	Instituições envolvidas na identificação criminal e pessoas legalmente elegíveis à coleta, nos casos de prisão em flagrante, denunciados, condenados e passivo prisional previstos em lei. Abrangência estadual, com participação dos órgãos federais em suas competências e articulação do BPG-RS à RIBPG.
Beneficiários diretos	Instituições usuárias das informações periciais e pessoas atendidas nos procedimentos de identificação e no sistema de justiça.

RESULTADOS E ENTREGAS DO BANCO DE PERFIL GENÉTICO

Cooperação interinstitucional. O Termo de Cooperação FPE nº 3794/2026 estrutura a atuação conjunta para a coleta, análise, inserção e acompanhamento de perfis genéticos no BPG-RS. O instrumento incorpora Plano de Trabalho e modelo de registro da coleta, distribui as responsabilidades entre os partícipes e prevê um Grupo de Trabalho coordenado pelo Programa RS Seguro. As metas de implantação compreendem os quatro componentes a seguir.

Padronização do fluxo estadual. Está prevista a definição de procedimentos para identificar os casos legalmente elegíveis, solicitar ou determinar a coleta, executar e registrar o procedimento, encaminhar o material, processar as amostras, inserir os perfis e comunicar o cumprimento. Os fluxos abrangem as diferentes situações processuais e prisionais e dependem de validação pelas instâncias competentes. Incluem a informação à pessoa submetida à coleta, a orientação e a assistência jurídica às pessoas privadas de liberdade pela DPE e os registros necessários à cadeia de custódia.

Integração mínima de informações. O planejamento abrange a comunicação entre SPJ, PGP, INFOPEN, EPROC e sistema do Ministério Público, por meios automatizados, semiautomatizados ou administrativos, conforme avaliação técnica. A integração contempla os dados administrativos, processuais, prisionais e periciais necessários ao acompanhamento do fluxo, sem compartilhamento de dados genéticos brutos ou de informações técnicas sensíveis não

indispensáveis. As soluções devem observar os perfis de acesso, o sigilo, os registros de auditoria e as responsabilidades de cada órgão por suas próprias bases.

Monitoramento estadual. Estão previstos mecanismos para acompanhar pessoas elegíveis, coletas solicitadas, agendadas, realizadas, pendentes ou não realizadas, tempos entre as etapas e evolução da alimentação do banco. O acompanhamento poderá ser organizado por estabelecimento prisional, município, comarca, órgão demandante, situação processual ou prisional e período. As rotinas também contemplam o passivo prisional, recusas, não comparecimentos e não conformidades, com produção de relatórios, estatísticas e painéis para uso institucional, conforme definição e implantação pelos partícipes.

Ampliação gradual da capacidade operacional. A implantação progressiva dos fluxos, a capacitação dos agentes pelo IGP, a organização das apresentações para coleta e a disponibilidade de equipes, kits, reagentes e equipamentos integram a agenda de ampliação da coleta, do processamento e da inclusão regular de perfis. Cabe à SSP manter a interlocução com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para obtenção de insumos e equipamentos. A execução observará a capacidade técnica, operacional, tecnológica, administrativa e orçamentária das instituições.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO BANCO DE PERFIL GENÉTICO	
Etapa atual	Termo de Cooperação e Plano de Trabalho formalizados, com assinatura de todos os partícipes e publicação da súmula no Diário Oficial do Estado em 8 de outubro de 2026. O instrumento está em vigor desde essa data. Vigência de cinco anos, de 8 de outubro de 2026 a 8 de outubro de 2031, com possibilidade de prorrogação, observada a duração máxima de dez anos e as condições pactuadas.
Próxima etapa	Dar continuidade às atividades que estiverem pendentes, conforme o estágio de execução e o cronograma indicativo do Plano de Trabalho: Meses 1 e 2: organização interinstitucional, indicação de representantes, definição dos canais de comunicação e levantamento dos fluxos existentes. Meses 2 e 3: padronização e validação dos fluxos para prisão em flagrante, denunciados, condenados e passivo prisional. Meses 3 a 5: definição dos dados mínimos, das permissões e das formas de comunicação entre os sistemas. A partir do mês 4: monitoramento, consolidação das informações e acompanhamento de pendências e passivos. A partir do mês 5: implantação gradual, capacitação ou orientação dos agentes e revisão dos procedimentos.
Orçamento	O Termo de Cooperação não prevê repasse de recursos financeiros entre os partícipes. Cada instituição custeará, com recursos próprios, as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.
Pontos críticos e riscos	Acompanhar as integrações e customizações depende de avaliação técnica, recursos e priorização institucional e não decorrem automaticamente das deliberações do Grupo de Trabalho. A cadeia de custódia, os acessos autorizados, a rastreabilidade e o sigilo devem ser mantidos em todas as etapas
Recomendações	Manter representantes, pontos focais, fiscais e suplentes designados e registrar as reuniões e deliberações do Grupo de Trabalho. Submeter os fluxos e as decisões às instâncias competentes de cada instituição. Definir indicadores, responsáveis e periodicidade de consolidação, acompanhando passivos e tempos entre as etapas. Planejar capacitações, insumos e adequações tecnológicas conforme demanda e recursos. Manter os controles de acesso e auditoria e a finalidade identificatória dos dados.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO BANCO DE PERFIL GENÉTICO	
Mais informações	PROA nº 20/0802-0000150-4; Termo de Cooperação FPE nº 3794/2026; Plano de Trabalho; Anexo I — Registro de Coleta Obrigatória de Material Biológico.

2. Obras e novos prédios

O Eixo III do Programa RS Seguro reconhece que a qualificação da segurança pública passa, necessariamente, pelo fortalecimento das estruturas físicas responsáveis pelo atendimento à população e pelo suporte às atividades dos profissionais da área. Nesse contexto, os investimentos em obras, reformas, ampliações e construção de novos equipamentos públicos representam uma estratégia fundamental para modernizar os serviços, ampliar a capacidade operacional das instituições e proporcionar ambientes mais adequados, acessíveis e eficientes.

As intervenções são planejadas em locais estratégicos, selecionados a partir das demandas regionais, da distribuição territorial dos serviços e da necessidade de ampliar a presença do Estado em áreas prioritárias, fortalecendo a capacidade de resposta das instituições de segurança pública. Ao aliar infraestrutura de qualidade, inovação tecnológica e melhores condições de trabalho, o Programa busca qualificar o atendimento ao cidadão, fortalecer a atuação integrada das forças de segurança e promover serviços públicos mais resolutivos, humanizados e alinhados às necessidades da população gaúcha.

Dentre os investimentos, estão previstas obras em unidades policiais, batalhões, centrais de polícia, espaços periciais e complexos de segurança pública, consolidando um processo contínuo de modernização institucional e valorização profissional.

OBRAS ESTRATÉGICAS DO RS SEGURO	
Nome	Modernização da infraestrutura de atendimento e melhoria das condições de trabalho
Base legal	Ações integrantes do Eixo III do Programa RS Seguro.
Unidade responsável	Órgãos executores das obras e aquisições das instituições de segurança pública, com fomento e articulação do Programa RS Seguro.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria da Segurança Pública; Brigada Militar; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil; Instituto-Geral de Perícias; Secretaria de Obras Públicas.
Objetivo	Qualificar instalações e equipamentos utilizados no atendimento à população e proporcionar condições adequadas de trabalho às equipes, associando modernização física às necessidades dos serviços.
Justificativa	A continuidade da carteira de investimentos permite concluir obras e projetos em andamento, preservar os recursos públicos já investidos e ampliar a capacidade de atendimento das instituições de segurança pública. As intervenções fortalecem a integração entre os órgãos do sistema, qualificam as condições de trabalho e os serviços prestados à população, contribuem para a otimização dos recursos públicos e criam condições para a futura ampliação e regionalização da infraestrutura de atendimento, reduzindo a concentração de estruturas e serviços na Capital e ampliando o acesso da população às políticas de segurança pública em diferentes regiões do Estado.
Principais instrumentos	Diagnóstico das necessidades de infraestrutura das instituições de segurança pública; elaboração de estudos, projetos e orçamentos; obras de reforma, ampliação, modernização e construção de unidades; aquisição de equipamentos e reaparelhamento; fiscalização e acompanhamento técnico das obras e contratos; planejamento de ocupação, operação e manutenção das estruturas implantadas; e articulação institucional para viabilização dos investimentos e expansão da capacidade de atendimento dos serviços de segurança pública.
Beneficiários diretos	População usuária dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e de identificação civil, bem como os profissionais que atuam nessas estruturas.

RESULTADOS E ENTREGAS DAS OBRAS ESTRATÉGICAS DO RS SEGURO

No âmbito da qualificação da infraestrutura da segurança pública, o Programa RS Seguro tem promovido investimentos em empreendimentos estratégicos destinados a ampliar a capacidade operacional das instituições, qualificar o atendimento à população e fortalecer a presença do Estado em regiões prioritárias. Destacam-se a construção da nova sede do 33º Batalhão da Brigada Militar e a Delegacia de Polícia, em Sapucaia do Sul, além da Central de Polícia de Bento Gonçalves, ambas com previsão de conclusão no segundo semestre de 2026, bem como a Central de Polícia de Lajeado com previsão de término no mesmo ano.

A execução do Complexo de Segurança Pública (Polícia Civil e Brigada Militar) do território Umbu em Alvorada, empreendimento que reunirá, em um único espaço, o 24º Batalhão da Brigada Militar, a 1ª Delegacia de Polícia Distrital e a Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPHPP), está com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2027. A iniciativa integra a estratégia de fortalecimento da infraestrutura de segurança em territórios prioritários e de maior vulnerabilidade social.

Também estão em desenvolvimento outros projetos estruturantes, como o 31º Batalhão da Brigada Militar e praça adjacente e o Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar, em Guaíba; o Canil do Corpo de Bombeiros Militar; e Complexo de Segurança Pública (Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias e Polícia Penal), em Santa Maria. Esses empreendimentos foram concebidos a partir de critérios técnicos e estratégicos, buscando ampliar a cobertura dos serviços públicos de segurança, qualificar as condições de trabalho dos profissionais e atender às demandas específicas de cada região.

AGENDA DE CONTINUIDADE DAS OBRAS ESTRATÉGICAS DO RS SEGURO	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [**X**] em execução [ ] encerramento.
Próxima etapa	Plano proposto para 2027: dias 1–30, atualizar quadro físico-financeiro, contratos, prazos e pendências por objeto; dias 31–60, pactuar providências e cronograma das etapas seguintes, incluindo ocupação e custeio; dias 61–100, acompanhar marcos de projeto, contratação e obra e encaminhar recebimento e entrada em funcionamento quando cabíveis.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: R$ 36.844.428,00* Empenhado até agosto de 2026: R$ 36.270.002,00* Liquidado até agosto de 2026: R$ 0,00* LOA 2027: R$ 18.150.000* Fonte do recurso: Tesouro-Livre (Orçamento da SSP, BM e PC) Obras abrangidas: DP de Sapucaia do Sul, Complexo de Segurança em Alvorada (24ºBPM, 1ª DP e DPHPP) e 31º BPM e Praça em Guaíba
Pontos críticos e riscos	Dependências entre projetos, aprovações, contratação e execução; necessidade de custeio, equipes e manutenção para funcionamento; registros físicos e financeiros desatualizados. A natureza e a materialidade de cada risco devem ser confirmadas nos processos.
Recomendações	Consolidar carteira por unidade executora, com orçamento, contrato, percentual físico, cronograma e responsável; distinguir obra entregue de unidade operacional; integrar modernização de instalações às condições de trabalho e às ações de formação e saúde profissional.

OBRAS ESTRATÉGICAS DO RS SEGURO EM ANDAMENTO				
Objeto	**Localização**	**Valor R$**	**% executado**	**Status**
33º Batalhão da Brigada Militar	Sapucaia do Sul	12.947.706,22	81,97	Em obra
31º Batalhão da Brigada Militar e praça	Guaíba	16.600.000,00	6,31	Em obra
Complexo de Segurança Pública: 24º BPM, 1ª DP e DPHPP	Alvorada	35.490.300,00	0%	Em obra
Central de Polícia	Lajeado	9.650.044,63	47,97	Em obra
Complexo de Segurança Pública: DPPA e DP, IGP, PP	Santa Maria	0,00	0,00	Em planejamento
Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar	Guaíba	5.479.999,93	0%	Em contratação
Canil do Corpo de Bombeiros Militar	Santa Maria	1.247.876,60	0%	Em contratação
Delegacia de Polícia	Sapucaia do Sul	4.267.741,05	34,96	Em obra

Data Base: 08/10/2026

3. Comitê EmFrente, Mulher

O enfrentamento à violência contra as mulheres demanda atuação articulada e permanente entre diferentes órgãos públicos, instituições do Sistema de Justiça, entidades representativas e organizações da sociedade civil. Nesse contexto, o Comitê EmFrente, Mulher constitui espaço estratégico de governança e coordenação interinstitucional, permitindo a integração de ações de prevenção, proteção, responsabilização de agressores, educação, autonomia econômica e promoção de direitos. A continuidade e o fortalecimento dessa articulação são fundamentais para assegurar a manutenção, o aperfeiçoamento e a expansão das políticas públicas voltadas às mulheres no Estado. O Comitê desenvolve suas atividades por meio de grupos de trabalho temáticos, responsáveis pela formulação, coordenação e acompanhamento de iniciativas estratégicas. O grupo Monitoramento do Agressor atua na estruturação e aprimoramento de medidas protetivas e mecanismos de monitoramento eletrônico de agressores e avaliação de risco; o grupo Ações nas Escolas promove iniciativas de prevenção à violência de gênero no ambiente escolar, incluindo a Semana Maria da Penha nas Escolas e o curso Gurias e Guris: Desafios da Igualdade e o Álbum “Maria da Penha em Figurinhas”; o grupo Informar, Prevenir e Proteger desenvolve ações de comunicação, conscientização e mobilização social sobre violência contra as mulheres; o grupo Grupos Reflexivos de Gênero atua na ampliação e fortalecimento de programas voltados à responsabilização e reeducação de autores de violência; o grupo Selo EmFrente, Mulher coordena a política pública de reconhecimento de empresas comprometidas com a valorização das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero.

COMITÊ EMFRENTE, MULHER	
Nome	Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Comitê EmFrente, Mulher).
Base legal	Decreto Estadual nº 55.430, de 7 de agosto de 2020, de criação do Comitê. Instrumentos correlatos: Lei Estadual nº 15.702/2021, Semana Maria da Penha nas Escolas; acordo dos Grupos Reflexivos, de 2 de março de 2022, com prazo de 60 meses; Lei Estadual nº 15.988/2023 e Decreto nº 56.932/2023, Selo EmFrente, Mulher.
Unidade responsável	Coordenação do Programa RS Seguro e órgãos participantes do Comitê.
Órgãos e entidades parceiras	O Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Comitê EmFrente, Mulher) reúne representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como de órgãos autônomos, entidades de classe, instituições públicas e organizações da sociedade civil, com atuação articulada na promoção de ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Participam do Comitê secretarias e órgãos do Governo do Estado, incluindo a Segurança Pública e suas vinculadas (Brigada Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, IGP e DetranRS), Educação, Saúde, Trabalho e Justiça, além da Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Poder Judiciário, JUCISRS, OAB/RS, FAMURS, COSEMS/RS, Centro de Referência na Violência contra a Mulher de Porto Alegre, entidades da sociedade civil e outras instituições parceiras dos setores público, privado e comunitário.
Objetivo	O Comitê busca fomentar a construção e a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência contra a mulher, à ampliação do acesso à informação e aos serviços de proteção, à promoção da igualdade de gênero e ao desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a mudança cultural e para o fortalecimento dos direitos das mulheres no Estado.

COMITÊ EMFRENTE, MULHER	
Justificativa	O enfrentamento à violência contra as mulheres demanda atuação articulada entre Poderes, órgãos públicos, instituições autônomas, entidades representativas e organizações da sociedade civil, considerando a complexidade dos fatores associados à violência de gênero. A manutenção e o fortalecimento do Comitê EmFrente, Mulher permitem integrar ações de prevenção, proteção, atendimento e promoção da autonomia feminina, contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio, para a ampliação do acesso a direitos e serviços e para a construção de mudanças culturais voltadas à prevenção da violência e à promoção da igualdade de gênero.
Principais instrumentos	Monitoramento eletrônico do agressor articulado a dispositivo da vítima; ferramenta de análise de risco integrada ao GESeg; formação de professores, Semana Maria da Penha nas Escolas e álbum de figurinhas "Maria da Penha em Figurinhas"; ações de informação, prevenção e proteção; Grupos Reflexivos de Gênero; Selo EmFrente, Mulher.
Público-alvo e abrangência	Mulheres em situação de violência e suas redes de proteção; homens, inclusive os encaminhados aos Grupos Reflexivos; comunidades escolares, empresas. Abrangência estadual, com cobertura específica por ação.

RESULTADOS E ENTREGAS - GRUPO MONITORAMENTO DO AGRESSOR

O Monitoramento do Agressor tem por objetivo fortalecer os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da utilização de tecnologias de monitoramento eletrônico, da qualificação das medidas protetivas de urgência e do aprimoramento dos instrumentos de avaliação de risco. A iniciativa busca ampliar a segurança das vítimas, reduzir a probabilidade de revitimização e feminicídio e qualificar a atuação integrada do Sistema de Justiça, das forças de segurança pública e dos demais órgãos envolvidos na rede de proteção às mulheres. Também integra suas atribuições o acompanhamento e o aprimoramento da Ferramenta de Análise de Risco para Violência Doméstica, desenvolvida para subsidiar a priorização de medidas protetivas e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências.

Implementação do monitoramento eletrônico

A implantação do monitoramento eletrônico voltado à proteção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorreu de forma regionalizada entre maio de 2023 e dezembro de 2024, alcançando todas as regiões do Estado. A solução combina tornozeleira eletrônica no agressor e dispositivo portátil destinado à vítima, mediante determinação judicial, para acompanhar situações de aproximação e apoiar a fiscalização das medidas protetivas de urgência.

A estruturação da iniciativa compreendeu a definição de diretrizes para a contratação da solução tecnológica e a elaboração do fluxo de atendimento do monitoramento eletrônico. O fluxo considera as diferenças de estrutura e disponibilidade de serviços nas comarcas e articula os órgãos envolvidos, com o objetivo de organizar a resposta institucional e ampliar a proteção das mulheres.

Ferramenta de Análise de Risco para Violência Doméstica

Desenvolvida pelo RS Seguro em cooperação com a *London School of Economics and Political Science* (LSE) e integrada ao Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública (GESeg), no módulo EmFrente Mulher, a ferramenta estima a probabilidade de revitimização grave nos seis meses seguintes à avaliação. O cálculo utiliza registros policiais, de identificação civil e do sistema prisional, considerando características e históricos da vítima, do agressor e de suas interações.

As estimativas são atualizadas diariamente e organizadas em cinco categorias: Médio, Alto, Muito Alto, Altíssimo e Crítico. As consultas por pessoa ou território permitem identificar situações prioritárias, examinar o histórico das estimativas, a última ocorrência e as variáveis mais influentes no cálculo. O acesso é restrito a profissionais autorizados, e os relatórios registram a identificação do usuário e a data da consulta. As informações subsidiam decisões de proteção e acompanhamento, sem substituir a avaliação profissional de cada caso; o risco calculado refere-se à revitimização grave, e não especificamente ao feminicídio.

O aperfeiçoamento em planejamento contempla novas fontes de dados e a ampliação do EmFrente Mulher, com indicadores territoriais de violência contra a mulher, consultas individualizadas e permissões diferenciadas de acesso.

Desenvolvimento do protocolo interinstitucional

Encontra-se em construção conjunta o protocolo de uso da ferramenta e de respostas institucionais por nível de risco, envolvendo o RS Seguro, a Secretaria da Mulher, a Secretaria da Segurança Pública, a Polícia Civil, a Brigada Militar e a rede de proteção. Os trabalhos já resultaram na estruturação de uma minuta com matrizes de ações, responsabilidades, prazos, comunicações e registros, destinadas a converter as estimativas em providências verificáveis e acompanhamento contínuo.

A proposta contempla a consulta sistemática à ferramenta, a identificação do serviço responsável pelo acompanhamento, o contato seguro com a mulher, a organização de medidas de proteção e a reavaliação diante de novas ocorrências, descumprimentos de medidas protetivas ou alterações relevantes na situação do agressor. Inclui a atuação das Patrulhas Maria da Penha, a articulação com os serviços municipais e o acompanhamento de pendências pelas instâncias de governança.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO MONITORAMENTO DO AGRESSOR	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento. Ações implantadas com diferentes coberturas, piloto de inclusão laboral e calendário recorrente de prevenção/certificação.
Próxima etapa	Dar continuidade, aperfeiçoar e ampliar o Programa de Monitoramento do Agressor em todo o território estadual, assegurando a manutenção da capacidade operacional instalada e a ampliação gradativa do atendimento às mulheres em situação de violência. Aprimoramento contínuo da Ferramenta de Análise de Risco para Violência Doméstica e o fortalecimento da integração entre Poder Judiciário, Ministério Público, forças de segurança e demais instituições da rede de proteção, visando ampliar a efetividade das medidas protetivas e das ações preventivas.
Pontos críticos e riscos	A continuidade do Programa depende da manutenção da disponibilidade de equipamentos de monitoramento eletrônico, da sustentabilidade contratual dos serviços e da articulação permanente realizada pelo RS Seguro entre os órgãos responsáveis por sua operacionalização. Também requer atenção a atualização, manutenção e validação contínua da Ferramenta de Análise de Risco para Violência Doméstica, bem como à capacidade da rede de proteção de responder adequadamente ao aumento da demanda decorrente da expansão do programa.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO MONITORAMENTO DO AGRESSOR	
Recomendações	Manter o Programa de Monitoramento do Agressor como política pública prioritária de enfrentamento à violência contra as mulheres, assegurando recursos, capacidade operacional e governança para sua continuidade e expansão. Recomenda-se fortalecer a integração entre os órgãos da rede de proteção e do Sistema de Justiça, monitorar periodicamente os resultados do programa e avaliar oportunidades de ampliação da cobertura territorial e da capacidade de atendimento, de forma a ampliar a proteção das mulheres em situação de violência em todo o Estado.

RESULTADOS E ENTREGAS - GRUPO DE TRABALHO AÇÕES NAS ESCOLAS

O Grupo de Trabalho Ações nas Escolas foi estruturado com o objetivo de promover a prevenção da violência contra as mulheres e a construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero no ambiente escolar, reconhecendo a educação como uma ferramenta fundamental para a transformação social e para o rompimento dos ciclos de violência. A partir da articulação entre o Programa RS Seguro, a Secretaria da Educação e instituições parceiras, foram desenvolvidas ações voltadas à sensibilização das comunidades escolares, à formação de educadores e à incorporação da temática da violência de gênero e dos direitos das mulheres nos espaços educacionais, em consonância com a legislação estadual e nacional relacionada ao tema.

Nesse contexto, destacam-se três iniciativas estratégicas articuladas pelo grupo: a Semana Maria da Penha nas Escolas, política pública anual destinada a fomentar projetos e debates sobre prevenção da violência contra as mulheres nas redes de ensino; o Curso Gurias e Guris: Desafios da Igualdade, voltado à capacitação de profissionais da educação para abordagem da temática em sala de aula; e o Álbum de Figurinhas da Lei Maria da Penha, concebido como instrumento pedagógico de educação e sensibilização para estudantes. A continuidade e expansão dessas iniciativas são fundamentais para ampliar o alcance territorial das ações preventivas, fortalecer a formação de educadores e consolidar a abordagem da igualdade de gênero como tema permanente nas escolas do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE - AÇÕES NAS ESCOLAS	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [X] em planejamento (Curso Gurias e Guris) [X] em contratação (Álbum de Figurinhas) [X] em execução (Semana Maria da Penha - anual) [ ] encerramento.
Próxima etapa	Assegurar a continuidade das ações permanentes de educação para prevenção da violência contra as mulheres, incluindo o planejamento e a realização das próximas edições da Semana Maria da Penha nas Escolas, a atualização e reoferta do Curso Gurias e Guris: Desafios da Igualdade e a conclusão das etapas necessárias para produção, distribuição e utilização pedagógica do Álbum de Figurinhas da Lei Maria da Penha. Recomenda-se também ampliar a capilaridade das ações, fortalecendo a participação de escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e redes municipais de ensino, de forma a expandir gradativamente sua cobertura territorial.
Orçamento	Curso Gurias e Guris – Desafios da Igualdade: recurso da Seduc. Semana Maria da Penha nas Escolas: recurso PISEG/SSP até 2025, recurso SDM em 2026. Álbum de Figurinhas: recurso PISEG/SSP.
Pontos críticos e riscos	A continuidade das iniciativas depende da manutenção da articulação promovida pelo Comitê EmFrente, Mulher entre os órgãos responsáveis, da

	disponibilidade de recursos para execução das ações anuais e da capacidade de mobilização das redes de ensino. Também requer atenção a processos de contratação eventualmente necessários para produção de materiais pedagógicos, à atualização dos conteúdos formativos e ao fomento e ao monitoramento da adesão das instituições de ensino. A interrupção ou descontinuidade dessas ações pode comprometer a consolidação da política de prevenção da violência de gênero no ambiente escolar.
Recomendações	Manter as Ações nas Escolas como uma das frentes prioritárias de prevenção do Comitê EmFrente, Mulher, assegurando planejamento anual, definição de responsabilidades institucionais e acompanhamento sistemático de resultados. Recomenda-se dar continuidade à integração com a Secretaria da Educação e com parceiros estratégicos, promover a atualização periódica dos conteúdos pedagógicos e ampliar o alcance territorial das iniciativas, consolidando a temática da prevenção da violência contra as mulheres e da promoção da igualdade de gênero como parte permanente das ações educacionais desenvolvidas no Estado.
Mais informações	PROA 25/0801-0003374-6 (Álbum de Figurinhas)

RESULTADOS E ENTREGAS – SELO EMFRENTE, MULHER

O Selo EmFrente, Mulher é uma política pública estadual voltada ao reconhecimento de empresas que desenvolvem programas, projetos e ações de forma sistemática e continuada em favor da valorização das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres. Instituído no âmbito do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Comitê EmFrente, Mulher), o Selo busca incentivar a corresponsabilização do setor público e privado na promoção da igualdade de gênero, dar visibilidade a boas práticas desenvolvidas por empresas gaúchas e fortalecer a articulação entre o Poder Público, instituições parceiras e sociedade civil.

Desde sua criação, a política vem apresentando continuidade e consolidação institucional. Foram aprovadas 12 empresas em 2023, 10 empresas em 2024, 22 empresas e 6 renovações em 2025 e, em 2026, 10 empresas e 4 renovações. Ao longo desses ciclos, o Selo consolidou processos de inscrição, análise, certificação e renovação, além de estruturar instrumentos de gestão, sistema eletrônico próprio (custeado pela JUCIS RS) e governança compartilhada entre os órgãos envolvidos. A continuidade e a expansão da política são relevantes para ampliar o engajamento do setor produtivo em ações relacionadas à valorização das mulheres, ao enfrentamento à violência de gênero e à construção de ambientes de trabalho mais inclusivos e seguros.

AGENDA DE CONTINUIDADE – SELO EMFRENTE, MULHER	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento.
Próxima etapa	Assegurar a realização do ciclo de 2027, com planejamento prévio, atualização dos instrumentos de gestão, manutenção dos sistemas de inscrição e análise e articulação entre os órgãos responsáveis. Destaca-se a necessidade de preparação antecipada para o **período de inscrições, previsto, em lei, para o mês de março**, bem como o fortalecimento das estratégias de divulgação e mobilização de empresas, visando ampliar o alcance territorial e o número de participantes nos próximos ciclos.
Pontos críticos e riscos	A continuidade do Selo depende da manutenção da estrutura de coordenação realizada pelo Comitê EmFrente, Mulher, responsável pela

	operacionalização do processo, da atualização permanente dos sistemas e instrumentos utilizados na análise das inscrições, em parceria com a JUCIS RS, e da disponibilidade de pessoal, tanto da coordenação do referido Comitê, quanto da SDM e, facultativamente, da JUCIS RS, para condução das etapas de avaliação e certificação. Também requer atenção à preservação da memória institucional construída ao longo dos ciclos anteriores, à atualização das normas e procedimentos e à articulação entre os órgãos e instituições que compõem a governança da política.
Recomendações	Manter o Selo EmFrente, Mulher como política pública permanente de reconhecimento e valorização de boas práticas empresariais relacionadas às mulheres, assegurando a continuidade de seus ciclos anuais e a preservação dos fluxos operacionais já consolidados. Recomenda-se fortalecer a divulgação da iniciativa, ampliar o número de empresas participantes, preservar os instrumentos de gestão e governança desenvolvidos ao longo dos últimos anos e garantir a adequada documentação dos processos, procedimentos e entendimentos construídos, de forma a facilitar a continuidade da política.
Mais informações	Lei nº 15.988, de 7 de agosto de 2023 e Decreto nº 56.932, de 14 de março de 2023. Site: www.emfrentemulher.rs.gov.br

4. Estratégia de Reposição Programada de Efetivos

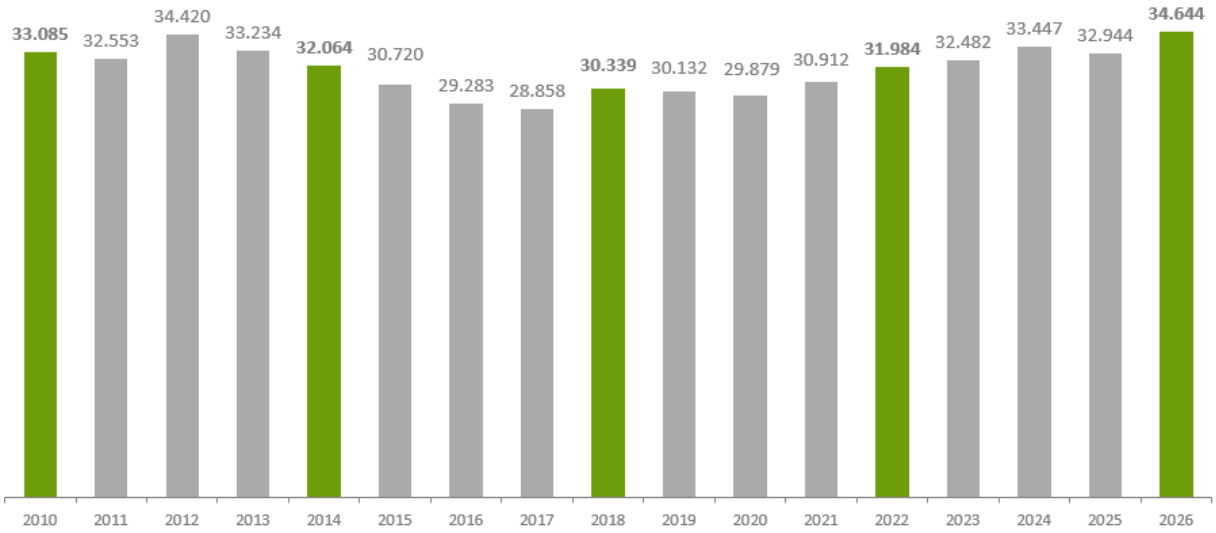
ESTRATÉGIA DE REPOSIÇÃO PROGRAMADA DE EFETIVOS	
Nome	Estratégia de Reposição Programada de Efetivos (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto-Geral de Perícias, Polícia Civil e Polícia Penal)
Unidade Responsável	Unidade de Coordenação do Programa RS SEGURO – Gabinete do Governador
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria da Segurança Pública (SSP); Brigada Militar (BM); Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Instituto-Geral de Perícias (IGP), Polícia Civil (PC); Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS); Polícia Penal (PP); Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) , Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Casa Civil
Objetivo	Manter regularidade na disponibilidade do efetivo das forças de segurança e buscar ampliações pontuais e planejadas.
Justificativa	A sustentabilidade do processo de governança no longo prazo está intimamente atrelada à manutenção dos recursos disponíveis para execução dos serviços e das ações derivadas do monitoramento intensivo dos indicadores criminais, em especial o efetivo de servidores ligados diretamente às atividades finalísticas. Nesse sentido, há muitas evidências empíricas internacionais que reforçam essa premissa: Chalfin e McCrary (2018) demonstram que cidades subpoliciadas nos EUA poderiam ter elevado significativamente o bem-estar social com o aumento do efetivo policial; Di Tella e Schargrodsky (2004) identificaram forte efeito dissuasor do crime após reforço policial em Buenos Aires; e Draca, Machin e Witt (2024) constataram redução substancial da criminalidade em Londres com o aumento temporário da presença policial. Levitt (1997) e Mello e Cops (2019) também demonstram que o aumento do efetivo policial, especialmente em contextos de apoio fiscal e planejamento estratégico, contribui significativamente para a redução de crimes violentos e patrimoniais.

ESTRATÉGIA DE REPOSIÇÃO PROGRAMADA DE EFETIVOS	
Principais instrumentos	Plano estratégico e integrado para reposição/ampliação de pessoal, considerando o histórico de aposentadorias por instituição, as demandas específicas de cada instituição, a necessidade de novos concursos, seus prazos de execução, capacidade de formação e previsão de impacto financeiro. Validado e operacionalizado em conjunto com as instituições da segurança pública.
Público-alvo e abrangência	População gaúcha.
Beneficiários diretos	Gestores das instituições de segurança pública.

RESULTADOS E ENTREGAS DA ESTRATÉGIA DE REPOSIÇÃO DOS EFETIVOS

Para a manutenção constante do efetivo, conforme demonstrado no Gráfico Abaixo, foi necessário nomear 15.415 novos servidores entre janeiro de 2019 e agosto de 2026, compensando as mais de 11.500 aposentadorias ocorridas no período (cerca de 1/3 do atual) e visando reposição/ampliação qualificada em determinadas áreas. Após essa estratégia de reposição, houve um crescimento constante do efetivo a partir de 2019, aumentando o efetivo em 14% em relação à dezembro de 2018, com mais 4.300 servidores somados às forças de segurança (folha de setembro 2026). Esses resultados, alinhados às evidências internacionais, reforçam a importância de políticas públicas sustentadas por planejamento de longo prazo e base empírica sólida.

Evolução do efetivo da BM, PC, IGP, CBM e PP.



Fonte: RHE, em 05/10/2026.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO ESTRATÉGIA DE REPOSIÇÃO DO EFETIVO	
Etapa atual	Em andamento a conclusão e nomeação dos concursos realizados pela Polícia Civil e Instituto-Geral de Perícias, autorizados no âmbito do Estratégia de Reposição do Efetivo 2023-2026.
Próxima etapa	OUTUBRO 2026: Elaboração de estudo e proposta para a Estratégia de Reposição do Efetivo para o período 2027-2030.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO ESTRATÉGIA DE REPOSIÇÃO DO EFETIVO	
Orçamento	Faz parte do estudo e planejamento em andamento.
Pontos críticos e riscos	Desalinhamento entre a necessidade de reposição e os tempos necessários para realização dos concursos, nomeações e formação, além da viabilidade fiscal.
Recomendações	Importante pactuar previamente com as Secretarias de Planejamento e Fazenda o cronograma e o impacto fiscal.
Mais informações	Chamamentos autorizados e ainda não realizados: PC: 30 Delegados de Polícia, 360 Escrivães de Polícia e 360 Inspetores de Polícia. IGP: 40 Papiloscopistas, 70 Peritos Criminais, 54 Peritos Médicos-Legistas e 110 Técnicos em Perícia.

Seção 1.4 – Eixo IV

Sistema Prisional

Contextualização

O Eixo IV reúne expansão e qualificação da infraestrutura prisional, gestão integrada da custódia, segurança das unidades e tratamento penal. A partir da ideação do Programa RS Seguro, ainda durante o período de transição após as eleições do ano de 2018, houve a concepção da estrutura legislativa que separou a área Penitenciária da Segurança Pública (OF.GG/SL - 171 Porto Alegre, 21 de dezembro de 2018), por meio da Lei Estadual nº 15.246, de 2 de janeiro de 2019 (Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAPEN), posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 15.934, de 1º de janeiro de 2023 (Secretaria de Estado de Sistemas Penal e Socioeducativo). Embora separada da Segurança Pública, a área penitenciária e socioeducativa passou a integrar a Sistemática de Governança implementada pelo RS Seguro, possibilitando, para além disso, um olhar estratégico e diferenciado para esta importante área. A execução concentra-se na Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo e na Polícia Penal, em articulação com o sistema de justiça, as forças de segurança e as políticas de saúde, educação e trabalho.

Projetos, resultados e agenda de continuidade

1. Expansão e qualificação da infraestrutura prisional

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Expansão e qualificação da infraestrutura prisional — construção, ampliação e requalificação de estabelecimentos penais
Base legal	Atos de autorização, contratos e demais instrumentos específicos de cada empreendimento: a complementar pela SSPS/PP. Para o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP), aplica-se o Decreto nº 56.587, de 11 de julho de 2022. Confirmar a vigência e os instrumentos aplicáveis na transição.
Unidade responsável	Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) e Polícia Penal (PP); confirmar a distribuição atual das responsabilidades de execução, fiscalização e operação.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Órgãos responsáveis por planejamento, orçamento, contratação e serviços nas unidades, conforme os instrumentos de cada empreendimento. As parcerias operacionais do NUGESP estão apresentadas na ficha de gestão da custódia.
Objetivo	Ampliar e qualificar a infraestrutura de custódia, adequando os estabelecimentos às necessidades de segurança, gestão e atendimento às pessoas privadas de liberdade, com espaços para trabalho, saúde e educação.
Justificativa	Dar continuidade ao planejamento da capacidade prisional e à adequação das instalações, articulando a entrega física dos empreendimentos com as condições necessárias para sua entrada em operação e manutenção.
Principais instrumentos	Construção, ampliação, reconstrução e modernização de unidades; contratação e fiscalização de obras e equipamentos; planejamento de ocupação, pessoal e custeio; integração da infraestrutura aos serviços de tratamento penal.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Público-alvo e abrangência	Pessoas privadas de liberdade e profissionais dos estabelecimentos penais. Abrangência estadual, com empreendimentos nos municípios relacionados nos resultados e no quadro de obras.
Beneficiários diretos	Beneficiários diretos e ocupação atual: a informar pela SSPS/PP. As capacidades apresentadas correspondem à oferta de vagas das unidades, sem representar pessoas distintas atendidas ou, no caso de reconstruções, aumento líquido da capacidade estadual.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram inauguradas as penitenciárias estaduais de Charqueadas II, em 2023, e Charqueadas III, em 2024, com 825 vagas cada. Em 29 de novembro de 2024, foi inaugurado o Módulo de Segurança Máxima da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, com 76 celas individuais.

Em 21 de março de 2019, menos de 30 dias após o lançamento do Programa RS Seguro (28 de fevereiro de 2019), foi realizada visita técnica ao Presídio Central, a qual subsidiou a decisão de reconstruir os módulos de vivência dos presos. A nova Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA) foi inaugurada em 10 de setembro de 2025, após a reconstrução iniciada em 2022. A estrutura dispõe de nove módulos de vivência, totalizando 1.884 vagas, além de pátios, espaços para visitas e atendimentos jurídicos, cozinha e lavanderia. A transferência do comando da unidade da Brigada Militar para a Polícia Penal ocorreu em agosto de 2023.

Como infraestrutura anterior à gestão 2023–2026, o NUGESP foi implantado em 2022 com capacidade para 708 pessoas. Sua operação integrada e a implantação posterior de uma base de monitoramento eletrônico são apresentadas na ficha de gestão da custódia.

Importante destacar, ainda, a instituição do **Módulo de Segurança Máxima**, com 76 celas individuais, construído na área interna da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas – MSM/PASC, no âmbito do Termo de Cooperação do Projeto da Dissuasão Focada (PROA nº 24/08.01-0002191-2 e Processo SEI nº 8.2023.0010/003011-3) e a instituição do Comitê Interinstitucional do Projeto da Dissuasão Focada (Decreto Estadual nº 57.860, de 5 de novembro de 2024), com a finalidade de reduzir homicídios dolosos, consumados e tentados, decorrentes de conflitos entre grupos criminosos.

Oito empreendimentos estavam em construção, com previsão conjunta de 6.020 vagas: São Borja, Passo Fundo, Rio Grande II e III, Caxias do Sul II e III, Alegrete e Penitenciária Estadual Masculina de Guaíba.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução
Próxima etapa	Agenda proposta para os primeiros 100 dias de 2027: dias 1–30, consolidar posição física e financeira, contratos, aditivos, capacidade nova ou requalificada e pendências; dias 31–60, revisar cronogramas de conclusão e ocupação, pessoal, equipamentos, serviços e custeio; dias 61–100, pactuar cronograma integrado de entregas e operação, com responsáveis e acompanhamento periódico. Os prazos constituem proposta de organização da transição.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Pontos críticos e riscos	Verificar eventual descompasso entre conclusão das obras e disponibilidade de pessoal, equipamentos, custeio e serviços. Conciliar os agregados históricos de capacidade e investimento, distinguindo vagas criadas, substituídas e requalificadas. A existência de impedimentos ou atrasos atuais deve ser informada pelos gestores dos empreendimentos.
Recomendações	Manter acompanhamento por unidade, associando execução física, execução financeira e preparação operacional. Identificar decisões e vencimentos que demandem atuação no início da gestão, com documentação de suporte e definição da unidade responsável.

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
Penitenciária Estadual de São Borja (800 vagas previstas)	São Borja	R$ 125.354.460,65	77,94	Em construção
Cadeia Pública de Passo Fundo (800 vagas previstas)	Passo Fundo	R$ 125.054.971,35	91,38	Em construção
Penitenciária Estadual de Rio Grande II (855 vagas previstas)	Rio Grande	R$ 120.832.880,6	92,10	Em construção
Penitenciária Estadual de Rio Grande III (855 vagas previstas)	Rio Grande	R$ 120.832.880,6	92,10	Em construção
Penitenciária Estadual de Caxias do Sul II (825 vagas previstas)	Caxias do Sul	R$ 130.945.572,7	83,46	Em construção
Penitenciária Estadual de Caxias do Sul III (825 vagas previstas)	Caxias do Sul	R$ 130.945.572,7	83,46	Em construção
Cadeia Pública de Alegrete (388 vagas previstas)	Alegrete	R$ 31.660.230,85	39,00	Em construção
Penitenciária Estadual Masculina de Guaíba (672 vagas previstas)	Guaíba	R$ 19.920.608,17	74,0	Obra paralisada

Data Base: Sistema de Gestão de Obras (SGO) e Livro de Transição da SSPS.

2. Gestão da custódia e segurança prisional

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Gestão integrada da custódia, segurança prisional e monitoramento da execução penal
Base legal	Instrumentos aplicáveis: Decreto nº 56.587/2022, de criação do NUGESP; Decreto nº 53.931, de fevereiro de 2018, relativo ao Grupo de Ações Especiais (GAES); Instrução Normativa nº 13/2023 GAB/PP, relativa aos Grupos de Intervenção Rápida (GIR); Emenda Constitucional nº 104/2019, fundamento da organização da Polícia Penal. Complementar com atos, contratos e acordos vigentes aplicáveis a cada componente.
Unidade responsável	SSPS e Polícia Penal, com participação das unidades operacionais e de gestão da custódia. O monitoramento eletrônico envolve o Departamento de Monitoração Eletrônica e os Institutos Penais de Monitoramento.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	SSP, Brigada Militar, Polícia Civil, IGP, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, CNJ, órgãos penitenciários federais e Município de Porto Alegre, conforme o instrumento de cooperação do NUGESP. SES nos atendimentos de saúde da PASC. Confirmar partícipes, atribuições e instrumentos vigentes.
Objetivo	Integrar os procedimentos de ingresso e encaminhamento de pessoas custodiadas, manter a segurança dos estabelecimentos, enfrentar o ingresso e a comunicação de ilícitos e executar o monitoramento e a fiscalização previstos nas decisões judiciais.
Justificativa	Sustentar a continuidade dos serviços de custódia e execução penal, com articulação entre instituições, disponibilidade de tecnologia e equipamentos, qualificação profissional e acompanhamento da capacidade operacional.
Principais instrumentos	Fluxo integrado do NUGESP; atuação do GAES e dos GIR; sistemas de bloqueio de sinais, videomonitoramento e antidrone; guarda externa pela Polícia Penal; monitoração eletrônica; fiscalização de prisão domiciliar; capacitação e manutenção dos equipamentos e serviços.
Público-alvo e abrangência	Pessoas submetidas à custódia, monitoramento ou fiscalização da execução penal e profissionais responsáveis por essas atividades. Abrangência estadual; o NUGESP atende ingressos provenientes de Porto Alegre e Região Metropolitana.
Beneficiários diretos	O NUGESP tem capacidade simultânea de 708 pessoas, e 12.361 pessoas eram monitoradas eletronicamente em dezembro de 2025. São indicadores distintos, que não devem ser somados. Quantitativos atuais e demais atendimentos devem ser informados pelas unidades responsáveis.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O **NUGESP** concentra as atividades de identificação, triagem, audiência de custódia e encaminhamento de pessoas privadas de liberdade, com funcionamento ininterrupto. Em outubro de 2024, passou a contar com uma base operacional para instalação de tornozeleiras eletrônicas em suas próprias dependências, permitindo o cumprimento imediato das decisões judiciais oriundas das audiências de custódia, sem necessidade de deslocamento para outras unidades.

Em 2023, o **GAES** recebeu importantes melhorias estruturais, logísticas e operacionais, incluindo nova base, aquisição de equipamentos táticos, viaturas blindadas e uniformização. A **Instrução Normativa nº 13/2023** regulamentou os **Grupos de Intervenção Rápida (GIR)**, com atuação nas dez regiões penitenciárias do Estado. Atualmente, os GIR contam com **mais de 380 profissionais**, realizando revistas, escoltas, fiscalização de pessoas em prisão domiciliar e pronta resposta em situações de crise.

Em 2024, a Polícia Penal licitou o sistema de **Bloqueio de Sinais de Radiocomunicação (BSR)** para unidades prisionais estratégicas do Estado. A primeira instalação ocorreu na **Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC)**, incluindo o **Módulo de Segurança Máxima**, em novembro de 2024. O projeto prevê atendimento de **24 unidades prisionais (PASC mais outras 23 unidades)**. Houve rescisão contratual com a empresa vencedora do certame e, no momento, foi formalizada nova contratação, estando em testes na PASC.

Em 2025, a Polícia Penal passou a contar com sistema portátil de detecção e neutralização de drones. A PASC também recebeu melhorias em videomonitoramento, telamento, cozinha, lavanderia e na estrutura de atendimento especializado em saúde, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde

O processo de transição da **guarda externa das unidades prisionais para a Polícia Penal** avançou progressivamente desde 2023. Até dezembro de 2025, a transição havia alcançado **75 unidades**, com **100 das 101 unidades prisionais** já contando integralmente com a Polícia Penal nessa atividade.

Entre janeiro e abril de 2024, foi eliminada a fila histórica de aproximadamente **seis mil ordens judiciais pendentes** para instalação de tornozeleiras eletrônicas. O resultado foi viabilizado por força-tarefa estadual e pelo contrato firmado em novembro de 2023, que possibilitou capacidade simultânea de até **14 mil dispositivos**. Em dezembro de 2025, havia **12.361 pessoas monitoradas eletronicamente** no Estado. A fiscalização coordenada de pessoas em prisão domiciliar sem monitoração eletrônica teve início em 2023 e permanece integrada às ações da Polícia Penal.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	Status na transição, por ação integrante: [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [x] encerramento Serviços operacionais em funcionamento, com expansão de bloqueio de sinais e conclusão da transferência da guarda externa previstas.
Próxima etapa	Agenda proposta para 2027: dias 1–30, verificar conclusão da guarda externa, implantação de bloqueadores, cobertura, capacidade e vencimentos dos contratos; dias 31–60, atualizar responsabilidades e indicadores de disponibilidade dos sistemas, cumprimento de decisões, espera para instalação e fluxo de custódia; dias 61–100, pactuar manutenção, continuidade contratual e eventuais ampliações justificadas pelo diagnóstico.
Pontos críticos e riscos	Verificar vencimentos contratuais, capacidade de equipamentos e serviços diante da demanda, manutenção tecnológica e articulação operacional.
Recomendações	Preservar as rotinas de cooperação e capacitação, manter acompanhamento da disponibilidade e utilização dos serviços e identificar antecipadamente decisões contratuais necessárias. Vincular expansões à comprovação de necessidade, recursos, manutenção e capacidade de operação.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
81/2023	Monitoramento eletrônico, com capacidade de até 14 mil dispositivos simultâneos no instrumento de novembro/2023.	SPACECOM S/A	42.675.991,43	Prorrogado 6º TA por 12 meses a contar 7/11/2025	Em execução-Proa 24/0602.000.327-0

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
65/2026	Bloqueio de sinais de radiocomunicação e serviços associados; solução licitada em 2024.	POLSEC Ind. E Com. De Segurança Ltda	31.238.538,00	12 meses a contar de 03/8/26	Em execução

Os R$ 3.200.870,12 referentes a dezembro de 2025 correspondem a um mês de monitoramento, não ao valor global do contrato.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
Licitações em curso:			

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
A expansão e as obras das unidades são consolidadas na ficha IV.1. Intervenções civis ainda necessárias à instalação dos sistemas de segurança ou ao funcionamento dos serviços, caso existam na posição da transição.				

3. Tratamento penal: trabalho, saúde e educação

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Tratamento penal — oferta de trabalho, geração de renda, atenção à saúde e educação às pessoas privadas de liberdade
Base legal	Referências normativas e institucionais: Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional; Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no Sistema Prisional; Portaria GM/MS nº 1.698/2021, no Programa de Revitalização de Unidades Básicas de Saúde; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade; Política Nacional de Educação nas Prisões; e Plano Estadual de Educação Prisional. Complementar os atos estaduais, os instrumentos específicos e sua vigência.
Unidade responsável	SSPS e Polícia Penal, em articulação com as unidades responsáveis pelas políticas de saúde, educação e trabalho.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Municípios, serviços e equipes do SUS, órgãos de educação, empresas privadas, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, conforme convênios, termos de cooperação e instrumentos de execução das ações.
Objetivo	Assegurar e ampliar oportunidades de trabalho, renda, educação e atenção à saúde no sistema prisional, com acompanhamento da oferta e da participação, apoiando o cumprimento de direitos e a preparação para o retorno à convivência social.
Justificativa	Manter serviços e oportunidades durante a execução penal, articular as políticas setoriais e preparar sua oferta também nas unidades ampliadas ou inauguradas. Os efeitos sobre reincidência exigem acompanhamento e avaliação específicos.
Principais instrumentos	Termos de cooperação para trabalho e serviços; articulação com empresas e municípios; equipes e unidades de atenção primária prisional; escolarização, NEEJAs e turmas descentralizadas; qualificação profissional; leitura; ensino a distância; encaminhamento à educação externa; participação no ENCCEJA PPL.
Público-alvo e abrangência	Pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos e regimes abrangidos por cada ação. Abrangência estadual, com cobertura e critérios próprios nas políticas de trabalho, saúde e educação.
Beneficiários diretos	No fechamento de 2025, cerca de 16 mil pessoas estavam em atividades laborais; a cobertura de saúde alcançava aproximadamente 86,2% das pessoas em regime fechado; e 11.430 pessoas participavam de atividades educacionais em dezembro de 2025. Esses universos se sobrepõem e não representam um total somável de beneficiários únicos. Atualizar a posição de 2026.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No encerramento de 2025, a população prisional do Rio Grande do Sul alcançava **52.891 pessoas privadas de liberdade**. Destas, aproximadamente **16 mil participavam de atividades laborais**, das quais **mais de 5.500 exerciam atividades remuneradas**, evidenciando a relevância do trabalho prisional como instrumento de ressocialização e reinserção social.

Para viabilizar essas oportunidades, a Polícia Penal mantinha uma ampla rede de parcerias, composta por **241 termos de cooperação com empresas privadas**, **79 com municípios** e **30 com órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos**, fortalecendo a oferta de vagas de trabalho e qualificação profissional no sistema prisional.

Considerando o universo de **52.891 pessoas custodiadas**, distribuídas entre os regimes fechado, semiaberto e aberto, o índice de cobertura das atividades laborais deverá ser calculado a partir da

composição dessa população por regime, especialmente em relação aos indivíduos aptos ao exercício de atividade laboral.

- **Participação em atividades laborais:** cerca de **30,3%** da população prisional (16.000 ÷ 52.891).
- **Atividades remuneradas:** cerca de **10,4%** da população prisional (5.500 ÷ 52.891).

Na educação, em dezembro de 2025 foram registradas **11.430 pessoas participando de atividades educacionais** no sistema prisional. No mesmo período, contabilizaram-se **5.915 vínculos com educação formal**, **415 participações em cursos de qualificação profissional** e **5.636 participações em atividades de remição de pena pela leitura**. Como esses quantitativos não correspondem, necessariamente, a grupos distintos de pessoas, recomenda-se verificar as definições metodológicas adotadas e a existência de eventuais sobreposições antes da consolidação dos indicadores da transição.

A estrutura educacional disponível compreendia **29 Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAs)**, **uma escola estadual vinculada ao regime semiaberto** e **39 turmas descentralizadas**. Além disso, **69 estabelecimentos prisionais dispunham de espaços destinados à educação formal**, **21 realizavam encaminhamentos para instituições de ensino externas** e **20 ofereciam infraestrutura para cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância (EaD)**.

A edição de 2025 do **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL)** registrou **10.585 inscritos**, número aproximadamente **26% superior ao observado em 2024**. Ressalta-se, contudo, que o quantitativo de inscritos não se confunde com o número de certificações efetivamente obtidas, constituindo indicador de acesso ao exame e não de conclusão educacional.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa	Status na transição [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento Ações de trabalho, saúde e educação em execução, com Plano Estadual de Educação Prisional consolidado em 2025.
Próxima etapa	Agenda proposta para 2027: dias 1–30, validar cobertura, conceitos, beneficiários únicos, vigências das parcerias e calendários setoriais; dias 31–60, pactuar continuidade com os órgãos e parceiros e identificar necessidades nas unidades com novas vagas; dias 61–100, estabelecer acompanhamento por unidade e encaminhar adequações de oferta, recursos e responsabilidades. Metas devem ser definidas após diagnóstico e pactuação institucional.
Orçamento	Dotação com alteração 2026: Empenhado até agosto de 2026 Liquidado até agosto de 2026: LOA 2027: Fonte do recurso: Valores consolidados de execução financeira por política ou parceria: Há cofinanciamento estadual da atenção básica prisional e instrumentos de cooperação para trabalho. Dotação atualizada de 2026, empenhos, liquidações, LOA 2027 e valores contratuais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Pontos críticos e riscos	Verificar continuidade de equipes, turmas, serviços e parcerias, bem como a adequação da oferta à distribuição das pessoas custodiadas. Conciliar os indicadores de educação e esclarecer os universos usados nos denominadores. Interrupções atuais e efeitos locais sobre reincidência.
Recomendações	Manter monitoramento por unidade, política e período, distinguindo vagas ofertadas, participações, pessoas únicas e resultados efetivamente alcançados. Integrar o planejamento dos serviços às ampliações de infraestrutura e registrar responsabilidades pela continuidade em transferências e demais mudanças na execução penal.
Mais informações	links institucionais, atos, planos de trabalho, relatórios e painéis autorizados de referência.

Encerramento

O Programa RS Seguro consolidou-se, ao longo dos últimos anos, como uma das principais estratégias de gestão pública do Estado para a promoção da segurança pública, articulando ações de combate ao crime, prevenção à violência, qualificação dos serviços públicos e fortalecimento do sistema prisional. A partir da integração entre órgãos estaduais e federais, municípios, instituições do sistema de justiça, universidades, organismos internacionais, setor privado e comunidades, o Programa estruturou mecanismos permanentes de governança da Segurança Pública, monitoramento e atuação territorial, contribuindo para a qualificação das políticas públicas e para a melhoria dos indicadores de segurança. Entre seus principais legados estão o fortalecimento da gestão orientada por evidências, a implementação do RS Seguro COMunidade, os investimentos em infraestrutura, a ampliação de políticas de prevenção e proteção de grupos vulneráveis e a consolidação de iniciativas inovadoras em diferentes áreas de atuação.

A continuidade do RS Seguro representa a preservação de uma capacidade institucional construída de forma progressiva, incremental e colaborativa, baseada na articulação intersetorial, no planejamento de longo prazo e na atuação orientada por diagnósticos e resultados. Mais do que a manutenção de projetos específicos, trata-se da continuidade de um modelo de atuação que integra segurança pública, desenvolvimento social, gestão territorial e promoção de direitos, com potencial para aprofundar os avanços já alcançados e enfrentar de forma sustentável os desafios relacionados à violência e à proteção da população gaúcha.

Secretário Executivo | Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro

Antônio Carlos Pacheco Padilha

Assessoria Técnica | Unidade de Coordenação do Programa RS Seguro

Aline Silva Fontoura de Barcellos
Carla Catarina Cardoso
Clarice Mello Guimarães Mautone
Elio Bandeira Filho
Fabiano Silva Soares
Giovana Mazzarolo Foppa
Gisele da Silva Ferreira
Henrique Joner
Rafael Bernardini Santos
Thaís Touguinha Zeltser
Thayse Cristiane Severo do Prado
Vilmar Rama

COORDENAÇÃO DO MATERIAL	
Coordenação	**Projeto gráfico e diagramação**
Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG subsecretariadeplanejamento@spgg.rs.gov.br	Assessoria de Comunicação – ASCOM Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG